

FUNDAÇÃO OSWALDO CRUZ
ESCOLA POLITÉCNICA DE SAÚDE JOAQUIM VENÂNCIO
MESTRADO PROFISSIONAL EM EDUCAÇÃO PROFISSIONAL EM SAÚDE

Ariane Fontes dos Santos

O TUTOR: atribuições na mediação em EaD.

Rio de Janeiro

2017

Ariane Fontes dos Santos

O TUTOR: atribuições na mediação em EaD.

Dissertação apresentada à Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio como requisito para obtenção do título de mestre em Educação Profissional em Saúde.

Orientador: Sergio Ricardo de Oliveira

Rio de Janeiro

2017

Catálogo na fonte

Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio

Biblioteca Emília Bustamante

S237t Santos, Ariane Fontes dos
O tutor: atribuições na mediação em EaD /
Ariane Fontes dos Santos. - Rio de Janeiro, 2017.
85 f.

Orientador: Sergio Ricardo de Oliveira

Dissertação (Mestrado Profissional em Educação
Profissional em Saúde) - Escola Politécnica de
Saúde Joaquim Venâncio, Fundação Oswaldo Cruz,
2017.

1. Educação a Distância. 2. Internet. 3. Tutor.
I. Oliveira, Sergio Ricardo. II. Título.

CDD 371.35

Ariane Fontes dos Santos

O TUTOR: atribuições na mediação em EaD.

Dissertação apresentada à Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio como requisito para obtenção do título de mestre em Educação Profissional em Saúde.

Aprovada em 27/04/2017

BANCA EXAMINADORA

Dr. Sergio Ricardo de Oliveira – FIOCRUZ/EPJSV

Dra. Márcia de Oliveira Teixeira – FIOCRUZ/EPJSV

Dr. Ricardo Medeiros Pimenta – IBICT/MCTI

*Dedico este trabalho primeiramente a Deus,
por ser essencial em minha vida, meu guia,
socorro presente na hora da angústia. Ao meu
marido Paulo de Tarso, aos meus filhos
Gustavo e Renato, aos meus pais Valério e
Clenilde, e a toda minha família por me
apoiarem e se fazerem presentes nos
momentos de dificuldades, me dando força e
coragem para prosseguir.*

AGRADECIMENTOS

Em diversos momentos de nossa jornada de vida, nos deparamos com dificuldades e tropeços, momentos difíceis de seguir. Mas é justamente aí que compreendemos que não estamos sós nesta jornada. E como anjos, estrelas ou bússolas surgem pessoas que fazem o percurso se iluminar e nos auxiliam a seguir a diante. Considero-me privilegiada, pois compartilho com os melhores a minha jornada.

Ao meu Orientador, Sergio Ricardo que com leveza, competência e rigor teórico, conduziu-me na construção deste trabalho. Sem seu auxílio, eu já teria desistido desta empreitada.

Aos professores do programa de Mestrado profissional em Educação e Saúde da EPSJV, pela riqueza das informações e por permitirem a reconstrução de conceitos e paradigmas, mostrando que “educar é acender uma luz”.

A equipe da secretaria acadêmica, TODAS, sem exceção, que torcem e sofrem juntos a cada etapa do caminho. Quantas vezes, eu cheguei desanimada e encontrei incentivo para prosseguir.

Aos COMPANHEIROS de turma do mestrado, por nunca abandonarem o barco e se proporem a remar JUNTOS. Cada qual com sua expertise, sua forma, e comprometimento de fazerem-se apoio nos momentos de dificuldades.

Aos meus Alunos do Curso de Especialização em Gestão em Saúde ENSP/FIOCRUZ/UAB, na modalidade a distância. Sem vocês eu não teria começado esta jornada.

Aos coordenadores do Curso de Especialização em Gestão em Saúde ENSP/FIOCRUZ/UAB, e em especial a Professora Clayre Bomfim, por ter me acolhido, orientado e feito parte de minha formação como Sanitarista. A minha querida Orientadora de Aprendizagem, Tereza Paiva, que sabe a hora e o momento certo de intervir.

Aos colegas Tutores do Curso de Especialização em Gestão em Saúde ENSP/FIOCRUZ/UAB, por acreditarmos que é possível fazermos diferença na formação de Gestores do SUS. Obrigada pelas trocas diárias.

Aos colegas de trabalho da Coordenação de Vigilância Epidemiológica (CVE) do município do Rio de Janeiro, que me acolheram e compartilham do meu cotidiano. Segurando minha mão ou me deixando extravasar, quando as lágrimas não cabem mais represadas em mim. Por me fazerem acreditar que é possível fazer diferença e encontrar suavidade mesmo diante de situações tão difíceis da vida. Especialmente à Denise e Mônica, que

independentemente dos cargos que ocupam, se colocam ao lado nesta jornada construindo um ambiente de respeito e propício ao aprendizado. Rosângela, amiga querida, e a todos os demais, vocês são indispensáveis! OBRIGADA, CVE!

A Paulo de Tarso, companheiro de uma vida, e aos nossos filhos Gustavo e Renato, sem vocês nada seria possível. “Eu não existo longe de vocês... ao infinito e além!”

Aos meus Pais, Valério e Clenilde; meus irmãos, Adriano, Valério e Cássio (in memoriam); minhas cunhadas, Gil e Vanízia; e sobrinhas, Clá, Carol e Cissa, aos meus sogros Jesus e Renato, o meu amor incondicional. De onde vim e para onde eu for, levo vocês comigo.

A todos aqueles que cruzaram meu caminho e contribuíram de alguma forma nesta minha jornada. E fazendo paráfrase de Charlie Chaplin: “Cada pessoa que passa em nossa vida, passa sozinha, é porque cada pessoa é única e nenhuma substitui a outra! Cada pessoa que passa em nossa vida passa sozinha e não nos deixa só porque deixa um pouco de si e leva um pouquinho de nós. Essa é a mais bela responsabilidade da vida e a prova de que as pessoas não se encontram por acaso”.

Deixo a TODOS o meu muito Obrigado.

*“Você não sabe o quanto eu caminhei
Pra chegar até aqui
Percorri milhas e milhas antes de dormir
Eu não cochilei
Os mais belos montes escalei
Nas noites escuras de frio chorei, ei, ei
Ei ei ei... uu
A vida ensina e o tempo traz o tom
Pra nascer uma canção
Com a fé no dia-a-dia
Encontro a solução
Encontro a solução...”
(Cidade negra, A Estrada)*

RESUMO

Dentre tantos desenvolvimentos ao longo do século passado é notório o papel das novas Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC) em praticamente todos os processos de comunicação da humanidade. Com isso, a Educação a Distância (EaD) recebeu um novo impulso fazendo surgir, por meio da Internet, formas alternativas de elaboração e de disseminação do conhecimento. A EaD, com o implemento das TIC, vai incrementando possibilidades quase inesgotáveis para a aprendizagem. Neste novo cenário, os processos de trabalho tradicionais do professor, aluno e escola precisam ser mais bem compreendidos e investigados para fazer frente às mudanças que se impõem. Essa modalidade de ensino, por meio da Internet redefine substancialmente o papel do professor, que agora assume posição diferenciada daquela conhecida comumente, passando a denominar docente/tutor. Como elemento central no processo ensino/aprendizagem, o docente/tutor precisa ter sua função, sua prática, seu papel questionado, compreendido e estudado. O presente estudo tem como objetivo geral analisar a atual política de EaD e suas implicações na atuação do docente/tutor, refletir sobre o trabalho de tutor, investigar as propostas desenvolvidas na educação à distância; analisando os processos de inclusão de docentes/tutores nos programas de capacitação; e promovendo reflexão crítica sobre a educação à distância como modalidade para formação profissional. A análise deste estudo permitiu inferir sobre a discussão da formação e capacitação do docente/tutor para atuar em EaD, considerando que a existência das TIC não promoverá novas formas de ensino, mas seu uso adequado e estratégico pode vir a ser um facilitador deste processo. Inferindo então, que a pauta de fundo desta discussão passa pela valorização docente na luta pela melhoria das condições de trabalho e de sua remuneração. A própria situação salarial destes trabalhadores coloca a profissão e os seus profissionais em verdadeira crise, o que abrange sua identidade e sua sobrevivência.

Palavra-chave: Internet. Educação à Distância. Docente/Tutor.

ABSTRACT

Among so many developments in the past and in the end Information and Communication Technologies (ICT) in virtually all communication processes of humanity. With this, the long distance learning (LDL) a new impulse giving rise, through the Internet, alternative forms of elaboration and dissemination of knowledge. The LDL, with the implementation of ICT, is increasing almost inexhaustible possibilities for learning. In this new scenario, the traditional work processes of the teacher, student and school are better understood and investigated to face the changes that are required. This modality of teaching through the Internet substantially redefines the role of the teacher, who now assumes a position different from the one commonly known, passing a denominator teacher / tutor. As a central element in the teaching / learning process, the teacher / tutor needs his role, his practice, his questioned, understood and studied role. The present study has as general objective to analyze the current distance education policy and its implications in the work of the teacher / tutor, to reflect on the work of tutor, to investigate how development developed in distance education; Analyzing the processes of inclusion of teachers / tutors in the training program; And promoting critical reflection on distance education as a modality for professional training. The analysis of this study, allowing to infer about a discussion of the formation and qualification of the teacher / tutor to act in EaD, considering the existence of ICT not promoted new forms of teaching, but it's appropriate and strategic use can be a facilitator of this process. Inferring then, this is a background for discussion through work values, according to working conditions and their remuneration. The situation itself is salary of what a profession is and its own professionals in real crisis, which covers their identity and their survival.

Keyword: Internet. Distance Education. Teacher/Tutor.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

- Figura 1 – Cinco gerações de educação à distância
- Figura 2 – Evolução da EaD e o uso das TIC como mediação do processo de ensino aprendizagem.....
- Figura 3 – Jornal do Telecurso Primeiro Grau. Editora Globo

LISTA DE QUADROS

- Quadro 1 – Gerações de EAD
- Quadro 2 – Diretrizes do Programa Uso de TIC na Educação, UNESCO do Brasil
- Quadro 3 – Cronologia da legislação em Educação, com destaque para Educação a Distância e suas implicações
- Quadro 4 – Projeto de Lei N° 6435 de 2011, que propõe a criação da profissão Tutor, descreve em seu artigo 6º, quais seriam as atribuições deste profissional

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

- ABED – Associação Brasileira de Educação a Distância
- AVA – Ambiente Virtual de Aprendizagem
- BM – Banco Mundial
- CNE – Conselho Nacional de Educação
- EaD – Educação a Distância
- ENSP – Escola Nacional de saúde Pública Sérgio Arouca
- FIOCRUZ – Fundação Oswaldo Cruz
- IES – Instituição de Ensino Superior
- IPAE – Instituto de Pesquisas Avançadas em Educação
- LDB – Lei de Diretrizes e Bases da Educação
- MEC – Ministério da Educação
- MEB – Movimento de Educação de Base
- CNBB – Conselho Nacional de Bispos do Brasil
- PPP – Projeto Político Pedagógico
- PNUD – Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
- PBDCT – Planos Básicos de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
- SACI – Sistema Avançado de Comunicações Interdisciplinares
- SEED – Secretaria Especial de Ensino a Distância
- SENAC – Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial
- SINAES – Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior
- TIC – Tecnologias da Informação e Comunicação
- UAB – Universidade Aberta do Brasil
- UNED – Universidad Nacional de Educación a Distancia
- UniRede – Universidade Virtual Pública Brasileira
- UNESCO – Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura
- UNICEF – Fundo das Nações Unidas para a Infância

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	12
1 HISTÓRIA DA EAD.....	19
1.1 HISTÓRIA	20
1.1.1 EAD NO BRASIL	24
1.2 LEGISLAÇÃO	33
2 CONCEITOS DE EAD.....	41
2.1 EAD E AS POLITICAS NEOLIBERAIS.....	44
2.2 CONCEITUAÇÕES E O CONTEXTO ATUAL	48
3 O SISTEMA DE TUTORIA	53
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	67
REFERÊNCIAS	70
ANEXO I.....	76
ANEXO II.....	81
ANEXO III.....	83

APRESENTAÇÃO

O interesse em desenvolver o estudo sobre Educação a distância¹ (EaD), em sua vertente on-line, se dá em razão de, primeiramente, ter participado como tutora no processo de capacitação do Curso de Gestão em Saúde, realizado na modalidade a distância, pela UAB/EaD/ENSP/FIOCRUZ, e, também, devido ao fato da acelerada ampliação que esta modalidade de ensino vem adquirindo nos últimos anos.

O Decreto n.º 5.622/2005², de fato, tem papel fundamental, pois é a partir dele que a EaD é regulamentada, de forma pormenorizada, como modalidade de ensino, nos diferentes níveis. Porém, antes disso já se mencionava a Educação a Distância na legislação brasileira.

O Decreto n.º 2.494/1998 da Presidência da República, que regulamenta o artigo 80 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), destaca em seu primeiro artigo que:

Educação a Distância é uma forma de ensino que possibilita a autoaprendizagem, com a mediação de recursos didáticos sistematicamente organizados, apresentados em diferentes suportes de informação, utilizados isoladamente ou combinados, e veiculados pelos diversos meios de comunicação (BRASIL, 1998).

Hack (2011), em seu estudo sobre introdução ao EaD relata que um grupo interinstitucional de pesquisadores em EaD do Canadá observou que os modelos conhecidos possuem todos o mesmo alvo.

[...] facilitar o acesso ao saber para um número maior de pessoas, privilegiando, para isso, caminhos de aprendizagem que aproximem o conhecimento dos aprendizes. Seria uma maneira de facilitar e flexibilizar o acesso ao saber, favorecendo a contextualização e a diversificação das interações (p. 22).

Em outras palavras, para Hack (2011), a EaD seria uma forma de ensinar e aprender que proporciona ao aluno que não possui condições de comparecer diariamente à escola a oportunidade de adquirir os conteúdos que são repassados aos estudantes da educação

¹A Educação a Distância é a modalidade educacional na qual a mediação didático-pedagógica nos processos de ensino e aprendizagem ocorre a partir da utilização de meios e tecnologias de informação e comunicação. Nessa modalidade, educandos e educadores desenvolvem atividades em espaços ou tempos diversos (Decreto n.º 5.622, de 19 de dezembro de 2005).

² Em 25 de maio de 2017, o atual presidente Michel Temer, revogou este decreto ao assinar o **Decreto 9057** (Brasil, 2017), que regulamenta o artigo 80 da LDB e traz em seu “Art. 1º Para os fins deste Decreto, considera-se educação a distância a modalidade educacional na qual a mediação didático-pedagógica nos processos de ensino e aprendizagem ocorra com a utilização de meios e tecnologias de informação e comunicação, com pessoal qualificado, com políticas de acesso, com acompanhamento e avaliação compatíveis, entre outros, e desenvolva atividades educativas por estudantes e profissionais da educação que estejam em lugares e tempos diversos” (**grifo próprio**).

presencial. Uma modalidade que possibilita a eliminação de distâncias geográficas e temporais, ao proporcionar ao aluno a organização do seu tempo e local de estudos.

Ao ressaltar a importância desta modalidade de educação, o pesquisador brasileiro Demo (1994) faz uma distinção entre os termos Ensino e Educação a Distância.

A educação à distância será parte natural do futuro da escola e da universidade. Valerá ainda o uso do correio, mas parece definitivo que o meio eletrônico dominará a cena. Para se falar em educação à distância é mister superar o mero ensino e a mera ilustração. Talvez fosse o caso distinguir os momentos, sem dicotomia. Ensino à distância é uma proposta para socializar informação, transmitindo-a de maneira mais hábil possível. Educação à distância, por sua vez, exige aprender a aprender, elaboração e consequente avaliação. Pode até conferir diploma ou certificado, prevendo momentos presenciais de avaliação (p. 60).

Ao deparar com este tema, podemos encontrar grupos favoráveis e contrários a este tipo de modalidade de ensino. Ao pensar em EaD, as ideias preliminares que aparecem estão relacionadas a algo inovador, diferente do tradicional, moderno, de grande dimensão e que carregam, ao mesmo tempo, sentimentos de desvalorização como as relações nas práticas pedagógicas de sala de aula, nos processos de controle sobre as avaliações e retorno das mesmas e até mesmo no descrédito do processo de ensino-aprendizagem, sendo subjugado como algo de menor valor.

Através da experiência como tutora do curso em EaD de Gestão em Saúde, é que surgiu o interesse em buscar maiores informações sobre o tema de Educação a Distância. Passado a euforia sobre a ideia simplista de que Educação a Distância poderia revolucionar as possibilidades de ensino no país com tamanha desigualdade. Diante do fato, buscamos mais conhecimento sobre os processos de aprendizagem por meio desta modalidade de ensino e verificamos que em alguns casos algumas atividades se mostram muito simplista, demonstrando apenas um interesse comercial.

Não há como desconsiderar a instauração da EaD no meio acadêmico e enquanto modalidade de ensino estabelecida formal e legalmente, portanto, a questão principal que aqui se coloca não é uma questão de aceitação ou não e sim a necessidade emergente de conhecê-la, construir um saber solidificado a seu respeito para no mínimo aprender a lidar com ela, tendo em vista não ser possível ignorá-la. Principalmente quando nos deparamos com esta informação:

Entre 1999 e 2001 foram formados grandes consórcios para a constituição de Universidades virtuais, entre eles, a Universidade Virtual Pública Brasileira – UNIREDE, que envolve universidades públicas federais, estaduais e municipais; o Centro de Educação Superior a Distância do Estado do Rio de Janeiro – CEDERJ; a Rede Brasileira de Educação a Distância, composta por dez instituições privadas; o Projeto Veredas, liderado pelo governo de Minas Gerais e integrado por dezoito instituições públicas, particulares, comunitárias e confessionais; e a Rede de Instituições católicas de Ensino Superior – Ricesu (HADDAD & GRACIANO, 2004, p. 71).

Sendo relevante esclarecer que a EaD não deve ser considerada um novo método de ensino, mas sim uma modalidade de educação que requer uma metodologia adequada à sua natureza e finalidades.

Essa modalidade não pretende eliminar o ensino presencial ou substituir o professor pelos recursos tecnológicos. Ao contrário, ela pode vir a complementar esse ensino, ou ainda, oportunizar formação àqueles que, por motivo de trabalho, localização geográfica ou outros fatores, não têm acesso aos cursos presenciais (RODRIGUES, SCHMIDT, & MARINHO, 2011, p. 13).

Como proposta, a EaD está presente em todos os níveis de ensino, em muitos cursos e instituições de ensino e empresariais ao redor do mundo e isso inclui a área de Saúde, que encontrou nesta modalidade uma forma de suprir e incentivar as capacitações permanentes e a educação continuada de seus profissionais.

De acordo com especialistas, a aceitação do ensino virtual está relacionada à difusão das Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC) para as mais diversas atividades cotidianas, desde o uso no trabalho quanto para uso de entretenimento.

Neste intuito, buscamos entender a historicidade do termo EaD e seus desdobramentos e afinidades com a *Teoria do capital humano*, que com esse contexto e como estes conceitos são disponibilizados ou ordenados através das políticas públicas, dando liga as propostas apresentadas como desdobramento destas políticas.

O surgimento desta teoria estaria vinculado à disciplina Economia da Educação, e se deu em meados de 1950, tendo em Theodore Schultz (professor de economia da Universidade de Chicago) seu estruturador. Estando fundada na concepção de que o trabalho humano, quando qualificado por meio da educação, era um dos mais importantes meios para a ampliação da produtividade econômica e, portanto, das taxas de lucro do capital. Com isso, passou-se a disseminar a ideia de que educação é o pressuposto do desenvolvimento econômico, bem como do desenvolvimento do indivíduo, que ao educar-se estaria valorizando a si próprio; na mesma lógica em que se valoriza o capital. Isso faz com que o capital humano

desloque para o campo individual os problemas de inserção social, do emprego e do desempenho profissional e fez da educação um valor econômico. Numa equação onde se equipara capital e trabalho como se fossem ambos meros fatores de produção.

Segundo Balassiano, Seabra & Lemos (2005) a Teoria do capital humano compreende a qualificação do fator humano como um dos mais importantes meios para a produtividade econômica e desenvolvimento do país. O Capital humano, pedagogia das competências, sociedade do conhecimento, flexibilização e empreendedorismo, nesta sequência, estão listados alguns conceitos que se complementam e se auto sustentam.

A difusão do uso de redes de computadores interligados (internet) causou uma verdadeira revolução no processo ensino-aprendizagem na EaD (Beloni, 2005). Ao refletir sobre o desenvolvimento do EaD, Abdala (2003) afirma que o uso da internet propiciou uma EaD mais colaborativa e prestativa, que permite a construção do pensamento, pois, quando planejada de forma adequada, possibilita a interseção entre professores e alunos e alunos entre si, de forma mais organizada e direcionada.

O discurso disseminado em documentos da UNESCO³ e de seus colaboradores passa a ideia de que o aluno deva ser considerado mais como parceiro do que como um agente passivo na construção do conhecimento. Já o professor exerceria um papel coletivo de orientador, colaborador, treinador, mediador e também parceiro.

No modelo no qual experimentamos nosso saber, aplicavam-se as atividades sobre a supervisão de um tutor, que segundo os modelos presentes pareciam ser o que melhor se aproximava da realidade de sala de aula, sem deixar de lado a implementação de novas tecnologias, com o interesse de disseminar o conhecimento. Diante disto, buscamos compreender como profissional TUTOR funciona como interlocutor nos processos de aprendizagem e de que forma esta modalidade de ensino a distância faz uso deste profissional.

Para isto a proposta geral deste trabalho é analisar a atual política de educação à distância e suas implicações na atuação do docente/tutor. Buscamos investigar as propostas desenvolvidas na educação à distância; analisar os processos de inclusão de docentes/tutores nos programas de capacitação desta modalidade de ensino; e promover reflexão crítica sobre a educação à distância como modalidade para formação profissional.

Além de discutir os obstáculos enfrentados neste meio e as estratégias adequadas para superar a distância geográfica e temporal existente entre professor-aluno, buscamos, a partir

³ Descritos nas Referencias.

dos documentos analisados, discutir pontos polêmicos que direcionam a perguntar se há uma relação entre a expansão da EaD, interpretado como projeto neoliberal, e os avanços das novas tecnologias da informação e da comunicação; quais são realmente as atribuições dos tutores neste processo, ensinar ou treinar; e de que forma a tutoria é vista no contexto do curso de EaD.

O estudo foi estruturado por uma pesquisa exploratória bibliográfica através de uma revisão histórica e documental explorando fontes na literatura, na legislação e em documentos institucionais que irão subsidiar a análise e reflexão sobre o tema. Para alcançar ao que nos propomos, optamos por analisar estes documentos através do método dialético, onde foram observados documentos dos organismos internacionais propostos e seus desdobramentos através das políticas nacionais de educação no Brasil. Buscamos por meio de uma metodologia qualitativa discutir e abordar os principais aspectos sobre a relação como esses documentos são trabalhados através de formadores de opinião a fim de consolidar um ambiente propício a sua implementação em nível de política nacional de educação. Para alcançar os objetivos propostos nessa dissertação foi necessário traçar caminhos que permitissem sistematizar e compreender como a educação a distância, a formação profissional para atuar em EaD, a Incorporação das Tecnologias de Informação frente aos mecanismos de educação online, abordando o uso das tecnologias de informação e comunicação para os processos de ensino aprendizagem, e apontando aspectos e características dos ambientes virtuais de aprendizagem, fazem parte desta engrenagem. Antes de iniciar o processo de discussão foi realizada uma busca por trabalhos de pesquisa, nas principais bases de dados acadêmicos, que abordassem os seguintes temas correlatos: educação a distância, tecnologias de Informação e comunicação, legislação em educação a distancia, formação profissional através do ensino a distância, educação online, e ambientes virtuais de aprendizagem, função do Tutor, mediação da aprendizagem. Em função da variação de descritores escolhido houve uma enormidade de trabalhos correlatos. Por isso, a etapa seguinte foi à separação entre os trabalhos que apresentavam alguma correlação entre o tema central do trabalho e as diversas formas de utilização das tecnologias de informação para o processo de educação à distância e suas implicações no campo profissional do professor/tutor. Outro parâmetro que também foi necessário para descartar alguns documentos foi à escolha de busca por trabalhos mais recentes. Desta forma, as discussões e as tecnologias desenvolvidas seriam mais recentes para análise, deixando os conceitos teóricos a cargos de referenciais presentes em livros, que de certa forma abordam com mais clareza as teorias.

O estudo desenvolvido se concentrou em abordar três eixos: de que forma as TIC são desenvolvidas no processo de ensino a distância, as discussões a respeito das práticas à distância empregadas no processo de ensino aprendizagem e na discussão acerca das propostas educacionais online nas modalidades presencial, não presencial e semipresencial, e sua implicação no campo de trabalho do professor/tutor e sua capacitação profissional para atuar nesta modalidade de ensino. A etapa seguinte à busca de materiais foi o estudo aprofundado sobre as definições das tecnologias de comunicação digitais empregadas e os mecanismos de funcionamento dos modelos de ensino à distância e as metodologias online, e a legislação vigente que institui a EaD em modalidade de ensino formal do nosso sistema educacional. Para isto foi necessário o estudo de conceitos como ciberespaço, ambientes virtuais de aprendizagem e, interatividade e flexibilidade em ambientes online de aprendizagem, formação de educadores, professor/tutor, economia de mercado, teoria do capital humano. Na sequência, após a leitura da legislação, dos documentos de organismos internacionais dos quais o Brasil é signatário e de publicações, foi realizada uma segunda avaliação, quando foram eleitas as publicações que se aproximavam da temática proposta. Feito isso, iniciou-se a constituição de três grupos de acordo com os eixos abordados na dissertação: História da EaD (grupo A), Conceitos de educação à distância e as implicações legais (grupo B) e o sistema de tutoria e suas consequências (grupo C). Após, esta etapa, procedeu-se a categorização dos textos acadêmicos os quais foram identificados e alocados de acordo com os três grupos constituídos.

Para isto, este trabalho buscou organizar-se em três capítulos centrais que discutem sobre o papel da EaD e seus desenvolvimentos, assim como as relações de trabalho dos tutores atuantes no processo de capacitação destes cursos. As ordens de organização com o detalhamento dos capítulos e os pontos que serão abordados estão descritas na sequência.

Logo na apresentação nos trilhamos um panorama sobre o que se propôs a discutir com a redação desta dissertação, com um breve resumo do panorama discutido.

O primeiro capítulo abordará histórico da Educação a Distância e que dizem respeito às origens da EaD. Sendo apresentado um breve histórico da EaD num panorama mundial retratando cronologicamente os seus passos pelos principais meios de comunicação que possibilitaram seu desenvolvimento assim como os principais projetos e instituições que se destacaram ao longo dos anos e as implicações legais através de revisão bibliográfica.

No segundo capítulo optamos por compreender a legislação que servem de fomento a expansão e legalização desta modalidade de ensino norteando e instrumentalizando o setor da

educação à distância. Discutindo aspectos referentes à importância da norma que trata equitativamente as duas modalidades de educação. E que a certificação fornecida referente à conclusão dos cursos seja equivalente nas duas modalidades de ensino.

No terceiro capítulo iniciamos uma revisão da literatura onde buscamos destacar alguns pesquisadores brasileiros e suas obras sobre a EaD para abordar suas concepções e relacioná-las com as demais questões levantadas por este estudo. A título de instrumento de análise procuramos identificar no pensamento dos pesquisadores uma concepção em comum sobre a EaD para que também possam servir de base teórica ao estudo.

Na sequência destacamos as relações existentes entre os processos de aplicação das modalidades de ensino à distância e a formação de professores/tutores. A ideia central é buscar reflexões sobre o que se espera do profissional tutor e quais as relações de trabalho e o mercado de ensino.

1 HISTÓRIA DA EAD

O Brasil como signatário da Conferência Mundial de Educação para Todos (Jomtien, Tailândia), realizada em 1990, assumiu o compromisso de enfrentar alguns desafios referentes ao sistema educacional até então vigente. No governo de FHC foi instituída uma reforma educacional que buscava adaptar o sistema de ensino à reforma do Estado, estando em consonância com as orientações das instituições financeiras internacionais, que além de darem destaque à educação como uma área prioritária de investimento, indicava também uma série de medidas para o setor. É nesse cenário político nacional que a modalidade de ensino a distância, através da lei nº 9.394/96, institucionaliza-se oficialmente como modalidade válida e equivalente para todos os níveis de ensino no Brasil.

Com o advento das novas Tecnologias da informação e comunicação (TIC) através da disseminação da internet foi-se paulatinamente difundindo e consolidando conceitos referentes à globalização e a sociedade da informação, que buscavam estruturar um ambiente favorável à propagação dessas ideias.

Para Milton Santos (2006) essa perspectiva de olhar o mundo fundamenta-se na ‘informação’ e no império que a informação cria que estariam alicerçadas na produção de imagens e do imaginário, estando às ordens do império econômico mundial. Para este autor:

Vivemos num mundo confuso e confusamente percebido. Haveria nisto um paradoxo pedindo uma explicação? De um lado, é abusivamente mencionado o extraordinário progresso das ciências e das técnicas, das quais um dos frutos são os novos materiais artificiais que autorizam a precisão e a intencionalidade. De outro lado, há, também, referência obrigatória à aceleração contemporânea e todas as vertigens que cria, a começar pela própria velocidade. Todos esses, porém, são dados de um mundo físico fabricado pelo homem, cuja utilização, aliás, permite que o mundo se torne esse mundo confuso e confusamente percebido. Explicações mecanicistas são, todavia, insuficientes. É a maneira como, sobre essa base material, se produz a história humana que é a verdadeira responsável pela criação da torre de babel em que vive a nossa era globalizada (SANTOS, 2006.p 9).

Neste aspecto, a EaD destaca-se como uma modalidade de ensino que concilia com a política que vem sendo implementadas no Brasil e no mundo que visam a universalização da educação.

Outro aspecto é referente à expansão e a popularização das TIC, que vem contribuindo para seu uso como ferramenta didático pedagógica fazendo com que, cada vez mais, esta modalidade de ensino atenda um número maior de pessoas. Sendo possível inferir que a EaD

é uma estratégia desenvolvida por sistemas educativos para oferecer educação a setores ou grupos da população que, por alguma razão, têm dificuldades de acesso a serviços educativos regulares.

Na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), esse aspecto fica evidenciado quando determina que “o ensino fundamental será presencial, sendo o ensino a distância utilizada como complementação da aprendizagem ou em situações emergenciais”. Ou seja, de acordo com essa lei, as séries do ensino fundamental devem ser feitas de forma presencial, frequentando uma escola regular. No entanto, o MEC permite o ensino fundamental EAD em duas situações: através de atividades a distância para complementar a aprendizagem presencial; ou na forma de supletivo EAD, para quem não concluiu o Ensino Fundamental na idade regular.

1.1 HISTÓRIA

A Educação a distância (EaD) não é algo novo, embora atualmente com a disseminação das TIC tenha sido disponibilizada e incentivada a um público mais vasto.

Segundo Barros (2003), os primeiros indícios de utilização da Educação a Distância remontam ao século XVIII, quando um curso por correspondência foi oferecido por uma instituição de Boston (EUA). A partir de então, foi possível estabelecer uma cronologia da evolução da EaD no mundo.

As primeiras experiências em EaD surgiram no século XIX, apresentando uma concentração maior na Europa, com o oferecimento de cursos por correspondência na Suécia, Reino Unido e Espanha, além dos Estados Unidos. No início do século XX, países como Austrália, Alemanha, Noruega, Canadá, França e África do Sul começam a realizar suas primeiras experiências com esse tipo de ensino. Entretanto, apenas na segunda metade do século XX é que a educação a distância começou a se fortalecer e a se estabelecer como uma importante modalidade de ensino.

Pereira (2005) divide as experiências em EaD em três gerações (Quadro1), que envolvem os cursos por correspondência; a integração de novas mídias (rádio, televisão, fitas de áudio e vídeo e telefone); as universidades abertas; e a EaD on line (que introduziu o uso do videotexto, do microcomputador, da multimídia, do hipertexto e das redes de computadores).

A primeira geração de cursos a distância caracterizou-se como uma modalidade de aprendizagem voltada para o ensino de ofícios com baixo valor acadêmico como, por exemplo, cursos de corte e costura, modelagem e eletrotécnico.

Em 1969, na Inglaterra, é autorizada à abertura da *British Open University*, considerada como um importante acontecimento dentro da evolução da EaD por trazer inovações nos instrumentos de comunicação entre professores e alunos, assim como na recepção e envio dos materiais educativos, sendo pioneira nesta modalidade de ensino superior a distância. Em 1947, através da Radio Sorbonne de Paris, foram transmitidas aulas de quase todas as matérias literárias da Faculdade de Letras e Ciências Humanas.

Segundo Litwin (2001), a *Open University*:

[...] mostrou ao mundo uma proposta com um desenho complexo, a qual conseguiu, utilizando meios impressos, televisão e cursos intensivos em períodos de recesso de outras universidades convencionais, produzir cursos acadêmicos de qualidade. (...) A Open University transformou-se em um modelo de ensino a distância (p. 15).

Aspectos	1ª. Geração	2ª. Geração	3ª. Geração
Marco	Popularização da Imprensa	Difusão de rádio e TV	Difusão de computadores e telecomunicações
Objetivos pedagógicos	Atingir alunos desfavorecidos	Atingir alunos desfavorecidos	Proporcionar uma educação permanente e ocupacional
Métodos pedagógicos	Guias de estudo, auto avaliação, instrução programada.	Programas tele transmitidos, pacotes didáticos, mediação passiva	Modularização das temáticas, desenhos didáticos a partir das necessidades formativas.
Mediação da Informação	Correio	Rádio, TV e materiais audiovisuais	Ciberespaço, satélites, videoconferência.
Tutoria	Atendimento periódico, dependendo de deslocamentos.	Atendimento esporádico, dependendo de contatos telefônicos.	Atendimento dependendo de contatos eletrônicos.
Interatividade	Aluno/ material didático	Aluno/ material didático.	Aluno/ material didático/ alunos/ professores/ sistema educativo.

Quadro 1 – Gerações de EAD.
Fonte: PEREIRA, 2005.

Essa foi a característica da primeira geração da EaD, que capacitou profissionais por meio de correspondência, na qual os principais meios de comunicação eram guias de estudo impressos, com exercícios enviados pelo correio. Inicialmente a maior parte das atividades

resumia-se ao estudo por correspondência e a utilização do rádio como meio de transmissão de aulas.

No entanto, Moore e Kearsley (2008) indica cinco gerações de evolução da EaD (Figura 1), e segundo a descrição desses autores, a primeira geração é caracterizada pela oferta de cursos que fazem uso de material impresso, sendo entregue aos alunos através do correio. Eram denominados de “[...] estudo por correspondência [...]”, também chamado de estudo em casa pelas primeiras escolas com fins lucrativos, e “[...] estudo independente [...]” pelas universidades (MOORE & KEARSLEY, 2008 p. 26).

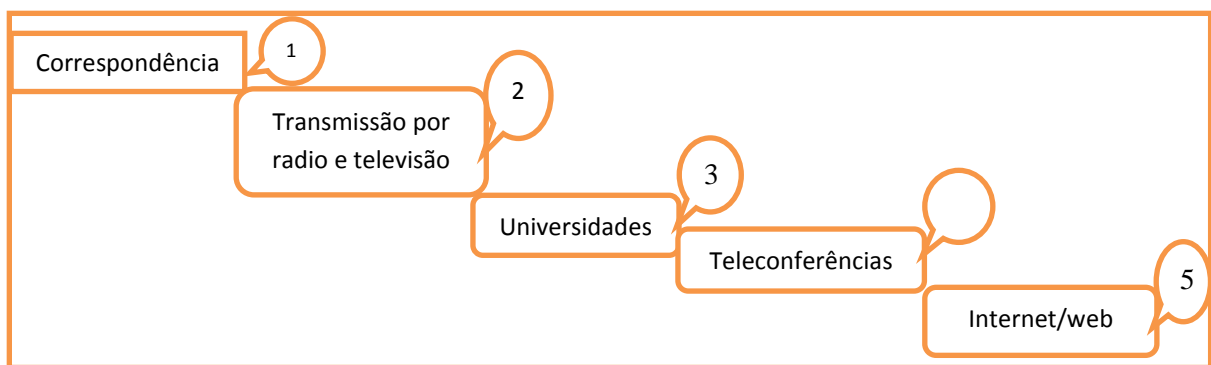


Figura 1 – Cinco gerações de educação a distância
Fonte: Moore e Kearsley (2007, p. 26)

Porém, em diversos países do mundo, o grande salto da EaD deu-se a partir de meados dos anos 60 com a institucionalização de várias ações nos campos da educação secundária e superior, começando pela Europa (França e Inglaterra) e se expandindo aos demais continentes.

Na Espanha, em 1968, o Centro Nacional de Ensino Médio por rádio e televisão da Espanha se transforma no Instituto Nacional de Ensino Médio a Distância (INEMAD). Litwin (2001) e Barros (2003) citam a criação, em 1972 na Espanha, da Universidade Nacional de Educação a Distância, que surgiu com ideias atrativas para estudantes de graduação e pós-graduação do mundo inteiro, com grande parcela de alunos latino-americanos. Em 1975 foi a vez da Alemanha, que criou a *Fernuniversität*, dedicada exclusivamente ao ensino universitário.

A partir dos anos 70, a segunda geração da EaD, ainda tendo como principal suporte o material impresso, passou a utilizar, cada vez mais, recursos como a televisão, fitas de áudio e vídeo, além da interação por telefone. Caracterizando-se como 3ª geração, devido as diversas experiências em EaD que levaram em consideração: a) a preparação de recursos humanos; b)

a integração das diferentes tecnologias disponíveis – o material impresso, as transmissões via rádio e TV, o telefone –, acrescentando-se a elas os vídeos pré-gravados, as conferências por telefone e os kits com materiais para experiências práticas a serem realizadas pelos alunos.

Com a disseminação da internet em nível mundial, classificada como 4ª geração, a tecnologia passa a permitir uma comunicação mais próxima e frequente entre professor/aluno e aluno/aluno. Para Moore e Kearsley (2008), a teleconferência é vista como uma tecnologia significativa, tendo início com áudio conferência (transmissão somente de áudio simultânea e multidirecional entre os participantes) e, posteriormente, através da transmissão de áudio e vídeo.

Com o avanço das TIC (figura 2) observamos que o ambiente virtual de aprendizagem envolve um contexto mais amplo que a simples utilização da tecnologia. Podemos dizer, então, que estamos vivenciando a 5ª geração da EaD, devido ao uso da internet e das redes de computadores permitindo a conversão de texto, áudio e vídeo em uma única plataforma de comunicação, integrando as vantagens e tecnologias das gerações anteriores e buscando superar as barreiras geográficas e de comunicação.



Figura 2 – Evolução da EaD e o uso das TIC como mediação do processo de ensino aprendizagem.
Fonte: Blog do curso Educa (<https://curseduca.com/blog/cenario-ead-no-brasil/>)

Na América Latina, países como Costa Rica, Venezuela, El Salvador, México, Chile, Argentina, Bolívia e Equador também firmaram programas de educação à distância (BARROS,2003).

Litwin (2001) afirma que instituições como a Universidade Aberta da Venezuela e a Universidade Estatal a Distancia da Costa Rica, ambas criadas em 1977, adotaram o modelo da *British Open University* de produção e implementação.

Ainda assim nos países menos favorecidos economicamente, a expansão do ensino superior, ainda estava calcada nos materiais impressos, televisão e rádio, salvo algumas exceções, reduzindo as possibilidades e as estratégias de EaD.

Em geral, nestes países, o propósito da EaD era de alcançar pessoas que tem algum tipo de dificuldade de frequentar as aulas presenciais, ou porque não podem abandonar seu trabalho para voltar às aulas ou com a intenção de minorar os problemas das enormes distâncias, para assistir as crianças isoladas, com dificuldades de frequentar as aulas convencionais e para qualificar os professores.

1.1.1 EAD NO BRASIL

Estudos fomentados por pesquisadores do Instituto de Pesquisa e Administração da Educação (IPAE)⁴ em diversas fontes mostram que pouco antes de 1900 já havia anúncios em jornais de circulação no Rio de Janeiro oferecendo profissionalização por correspondência. Tratava-se de um curso de datilografia ministrado por professora particular e não por um estabelecimento de ensino.

Não obstante essas ações isoladas, que foram importantes para uma época em que se consolidava a República, o marco de referência oficial é a instalação das Escolas Internacionais, em 1904. Os cursos oferecidos eram todos voltados para as pessoas que pretendiam estar empregadas, especialmente no comércio e no setor de serviços. O ensino era, naturalmente, por correspondência, com remessa de materiais didáticos pelos correios, que usavam principalmente as ferrovias para o transporte. Nos vinte primeiros anos tivemos, portanto, apenas uma única modalidade, a exemplo, por sinal, de todos os outros países.

A Rádio Sociedade do Rio de Janeiro, criada em 1923, mais tarde incorporada pelo Ministério da Educação foi uma das primeiras iniciativas de EAD que se tem notícia.

Em 1937, com a criação do Serviço de Radiodifusão Educativa, do Ministério da Educação, a EaD chegou com força no Brasil. O formato proposto foi disponibilizar aulas no rádio que eram acompanhadas por material impresso.

⁴ Instituto de Pesquisas e Administração da Educação é uma organização social de iniciativa privada, cujo objetivo é o desenvolvimento da qualidade do ensino (Segundo informações colhidas através do site: <http://www.ipae.com.br/site/apresentacao.html> Acesso em 12/06/2017). Que edita periódico e outras informações técnicas para serem distribuídos no Brasil e no exterior como forma de promover a educação permanente e difundir estudos e pesquisas.

Em 1939, foi criado O Instituto Monitor e o Instituto Universal Brasileiro - fundado em 1941, são exemplos de iniciativas que ainda hoje ofertam cursos por correspondência atendendo estudantes em todo o território nacional.

Em 1948, foi a vez da televisão, logo surgiram novas chances de transmitir conhecimentos e em 1965 foi criada a TV Educativa.

Em 1977, foi criada a Fundação Roberto Marinho que assinou um convênio com a Fundação Padre Anchieta para exibição de um curso supletivo na televisão. Então no ano de 1978 colocou no ar o Telecurso 1º e 2º graus que em 1995 passou a se chamar Telecurso 2000. Em uma estimativa da Fundação Roberto Marinho, nos quatorze anos que seguiram este curso, foi responsável por ensinar as matérias do ensino fundamental e médio via programas de televisão e apostilas impressas e já havia formado 4 milhões de pessoas.



Figura 3 – Jornal do Telecurso Primeiro Grau. Editora Globo.

Fonte: <http://www.robertomarinho.com.br/obra/fundacao-roberto-marinho/educacao/telecurso-1-grau.htm>

Neste tempo já era possível identificar algumas experiências exitosas de EaD que foram surgindo, porém, já naquela época, observamos um traço constante de descontinuidade de projetos, principalmente os governamentais.

Entre as primeiras experiências de maior destaque encontra-se certamente, a criação do Movimento de Educação de Base (MEB), realizada em 1961 pelo Conselho Nacional de Bispos do Brasil (CNBB) cuja preocupação básica era alfabetizar e apoiar os primeiros passos da educação de milhares de jovens e adultos através das "escolas radiofônicas" principalmente nas regiões Norte e Nordeste do Brasil.

Desde o início o MEB utilizou o rádio para a montagem de uma perspectiva de sistema articulado de ensino com as classes populares. Porém, após o golpe de 1964, a repressão política desarticulou o projeto inicial, alterando a proposta e os ideais de educação popular de massa do movimento.

Enquanto na Europa e nos EUA surgiam as primeiras Universidades Abertas, no Brasil, com base em artigo referente ao ensino supletivo na LDB (Lei no. 5.692/71), os programas de educação à distância eram classificados como “experimentais” e seu funcionamento era permitido a título precário.

Como política pública, a EaD se inicia em 1972 com a inclusão de algumas experiências de ensino a distância que vinham sendo efetivados no país através dos Planos Básicos de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (PBDCT). O órgão governamental responsável por elaborar o plano e executá-lo era o CNPq. Este órgão tinha como objetivo consolidar programas e projetos, bem como incentivar a pesquisa no setor privado e nas chamadas economias mistas.

O primeiro plano nacional de desenvolvimento reitera as intenções do plano de educação e desenvolvimento que lhe antecedeu acrescentando uma tendência de "aceleração e orientação de transferência de tecnologia para o país". O sistema regido pelo PBDCT é integrado por todas as instituições de pesquisas científicas e tecnológicas, usuárias de recursos governamentais, e foi formalizado em 1975 como Sistema Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - SNDCT. Este conselho manteve atividades com a UNESCO e a Organização dos Estados Americanos⁵.

Sobre essas experiências, merecem destaques alguns projetos financiados pelo primeiro PBDCT (1972-1974) entre eles: o projeto Saci, João de Barro e Lobato, que tinham como objetivo o ensino utilizando a televisão para atingir o público de 1º grau, nas séries iniciais, numa tentativa de criar uma rede de ensino à distância. No segundo PBDCT (1975-1979), os projetos de desenvolvimento da Telê educação e novas técnicas educacionais para o ensino superior mantiveram a ideia de criação de uma rede de ensino a distância (VIDAL, 1995). Essas experiências foram pontuais, mas mostraram as amplas possibilidades que a educação a distância poderia ter para um país de dimensões continentais como o Brasil, pois faziam uso basicamente dos meios televisivos.

⁵ Disponível em: <<http://centrodememoria.cnpq.br/realiz72.html>>. Acessado em 13/02/2017.

O Instituto de Pesquisas Avançadas em Educação⁶ (IPAE), fundado em 1973, contribuiu ficando responsável pela realização dos primeiros Encontros Nacionais de Educação a Distância (ENED em 1989) e os Congressos Brasileiros de Educação a Distância (CBED em 1993).

Neste contexto, o IPAE influenciou decisivamente na reflexão sobre a importância da educação a distância no mundo e no Brasil, promovendo a discussão sobre o assunto. Ajudando a formular as disposições normativas que foram incorporadas à Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, cujo projeto original foi apresentado à Câmara dos Deputados em 1988.

Em sua segunda geração, a educação a distância era conduzida para suprir falhas no sistema educacional e proporcionar escolaridade mínima a uma quantidade significativa da população, especialmente para aqueles que tiveram negado o direito a uma educação presencial convencional.

Os programas de rádio e televisão eram produzidos com linguagem e formato visivelmente dirigidos para uma parcela economicamente desfavorecida da população. Isto posto, a sociedade acostumou-se a olhar a educação a distância como uma educação de segunda categoria, utilizada para preencher as lacunas de um sistema educacional historicamente falido, direcionada a sujeitos à margem do processo educacional.

Quando retrocedemos aos seus primórdios, em fins do século XVIII, até as primeiras décadas do século XX, temos que a EaD sempre esteve ligada à formação profissional. [...] Tinha então um caráter supletivo, destinado àqueles que não tiveram oportunidade de acesso a uma educação formal, o que veio a contribuir fortemente para que a EaD fosse vista como uma forma de educação — menor (OLIVEIRA, 2007, p.151).

A fim de transmutar esse ponto de vista, para a modernidade tornou-se urgente à integração das TIC na educação, conforme as palavras de Belloni (2006), reforçando que:

A experiência e o saber desenvolvidos no campo da educação a distância podem trazer contribuições significativas para a expansão e melhoria dos sistemas de ensino superior no sentido da convergência, defendida pela maioria dos especialistas entre as diferentes modalidades de educação (p. 6).

Somente na década de 1990, a EaD tomou novo rumo no Brasil e apareceu mais nitidamente no âmbito das políticas educacionais, sobretudo nos dispositivos legais,

⁶ É uma organização social de iniciativa privada, fundada em 1973 e tem como produto produção de periódicos e outras publicações técnicas no Brasil e no exterior, tendo como missão promover a educação permanente e difundir estudos e pesquisas.

resultando em ações que mostram a elevação do seu status no âmbito do Ministério da Educação, com a efetivação de várias iniciativas e medidas políticas que, posteriormente, articularam-se aos processos de diversificação e diferenciação institucionais executados no íntimo das reformas para a educação superior e de formação de professores no Brasil.

A rapidez com que esta modalidade de ensino vem se desenvolvendo no Brasil, ao longo destes anos, acompanha a velocidade impulsionada pelo avanço das TIC. A Ideologia da Cibercultura (LEVY, 1999, p.17), está criando novas formas de convívio social, dispensando a presença física, segundo a opinião de seus defensores.

Na atualidade as TIC vêm impulsionando o alargamento da EAD, tanto no Mundo quanto no Brasil, por possibilitarem de forma difusa e progressiva os conhecimentos e facilitando o acesso a educação formal em locais remotos do território nacional. Favorecendo assim, com a interiorização da informação gerada nos grandes centros.

Com o surgimento destas novas tecnologias, especialmente aquelas ligadas à Internet, o panorama da educação brasileira modificou-se. No Brasil, podemos falar em EaD antes e depois da Internet. A tal comunicação em duas vias, ou *two-way communication* conforme nos apresentou Keegan (2013, p.41), ampliou-se de um-para-um (ensino por correspondência) e de um-para-muitos (rádio, TV), para uma terceira opção, a de muitos-para-muitos, como em uma grande teia.

Lobo Neto (2002) chama atenção para:

As propostas educativas comprometidas com a superação da distância (e do tempo!), que se chamaram ensino por correspondência e teleducação, passam a assumir a responsabilidade de ser educação, de realizar-se a distância e, mais ainda, de caracterizar-se como intencionalmente abertas, isto é, rompendo com paradigmas firmemente estabelecidos, desenvolver-se de forma mais flexível diante, por exemplo, do antigo rigor do cumprimento de pré-requisitos, de seriação progressiva. Assim é que, a partir de 20 de dezembro de 1996, com a promulgação da Lei 9.394, que fixa as Diretrizes e Bases da Educação Nacional, a Educação a Distância passou a ser considerada alternativa regular – e regulamentada - de prestação educacional aos brasileiros. Hoje, é de uma estratégia de acesso à educação de qualidade, direito do cidadão e dever do Estado e da Sociedade, que os textos legais e as normas oficiais passam a tratar. A educação à distância deixa de pertencer ao elenco de projetos sempre designados como "experimentais", ao sabor de momentâneas e autoritárias arbitrariedades, tanto a favor quanto contra, sem qualquer respeito a resultados educacionais concretos (p. 26).

Ao tornar-se integrante do sistema de educação formal, de forma instituída e regulamentada, a EaD, é posta como uma grande aposta vindo a contribuir com a difusão e o acesso a educação a todos.

No entanto, não podemos deixar de mencionar um alinhamento referente à questão do financiamento externo e às políticas hegemônicas. Pronko (2014) já chamava atenção em sua análise para a interferência e redirecionamento de organismos de economia internacional subsidiando políticas no âmbito da Educação.

Sem fugir dessa perspectiva, Demo (2011) propõe um olhar mais tenue quando questiona se “[...] esta esquizofrenia clássica talvez seja a porta aberta para que a educação, desde que bem feita, possa comparecer à cena como habilidade de questionamento, não se reduzindo à tendência reprodutiva” (p. 10).

Sendo um reflexo da mesma subserviência ao mercado, onde as TIC também abrigam “clamorosa propensão funcionalista, à medida que, seguindo o ímpeto arrasador da inovação, via mercado, a educação é tragada como recurso produtivo.” (DEMO, 2011). Ressaltando aqui o fato de ser Educação o maior patrimônio que um país pode ter, e que isso não passa despercebido ao Mercado.

Para Demo (2011) é com a mesma avidez que as tecnologias informacionais vão ampliando seus acessos, ao entrarem no campo da educação, elas expandem as oportunidades ofertadas, por um lado, e de outro acabam por reforçar o cinturão do mercado. Já Belloni (2006), reforça que:

A experiência e o saber desenvolvidos no campo da educação a distância podem trazer contribuições significativas para a expansão e melhoria dos sistemas de ensino superior no sentido da convergência, defendida pela maioria dos especialistas entre as diferentes modalidades de educação (p. 6).

No entanto, não podemos nos ater apenas aos aspectos negativos que estas novas tecnologias permitem, e tirarmos delas sua importância e pertinência seria negar as evidências. Lobo Neto (2002) ressalta ainda que:

A educação a distância, só tem sentido quando se apresenta como a realização concreta de sua sempre anunciada potencialidade de ampliar o acesso à educação, colocando-se como uma alternativa de democratização da educação e do conhecimento. Uma característica, portanto, desafiadora de quaisquer limitações à sua utilização (p. 54).

Para Moran (2009), a educação a distância pode ser feita, nos mesmos níveis que o ensino regular. No ensino fundamental, médio, superior e na pós-graduação. Estando mais adequada para a educação de adultos, principalmente para aqueles que já têm experiência consolidada de aprendizagem individual e de pesquisa, como acontece no ensino de pós-graduação e também no de graduação.

[...] A virtualização reinventa uma cultura nômade, não por uma volta ao paleolítico nem as antigas civilizações de pastores, mas fazendo surgir um meio de interações sociais onde as relações se configuram com um mínimo de inércia. [...] A sincronização substitui a unidade de lugar, e a interconexão, a unidade de tempo. Mas, novamente, nem por isso o virtual é imaginário. Ele produz efeitos. Embora não se saiba onde [...] (LÉVY, 1956 p21).

Na medida em que avançam as TIC, o conceito de presencialidade também se altera. Isso implica em dizer que é possível ter professores externos compartilhando determinadas aulas, um professor de fora "entrando" com sua imagem e voz na aula de outro professor, como em vídeo conferências, etc. Propiciando, assim, um intercâmbio maior de saberes, possibilitando que cada professor colabore, com seus conhecimentos específicos, no processo de construção do conhecimento, muitas vezes a distância.

No Brasil, existem atualmente várias instituições educacionais públicas e privadas que oferecem cursos de graduação e pós-graduação na modalidade a distância. Esta ferramenta da educação vem ganhando expressivo espaço entre os cursos de qualificação para diversos profissionais das mais diversas áreas do conhecimento. A EaD está longe de ser a solução para os problemas educacionais brasileiros, mas não deixa de ser um instrumento importante a ser utilizado na educação.

Tem se tornado crescente o número de instituições e empresas que desenvolvem programas de treinamento de recursos humanos através da modalidade da educação à distância. No campo empresarial, a EaD é a opção mais usada pelas empresas ao investir na capacitação de seus funcionários. Convertendo-se assim em um ganho importante à integração das TIC na educação.

[...] não apenas como meios de melhorar a eficiência dos sistemas, mas principalmente como ferramentas pedagógicas efetivamente a serviço de formação do indivíduo autônomo, conforme exigido pelas novas condições socioeconômicas (BELLONI, 2002, p.6).

Inferindo sobre a visão empresarial da integração das TIC na educação é que vários autores⁷ trazem para discussão o papel ordenador de Organismos Internacionais (OI), destes destacam-se a UNESCO⁸ como um órgão apoiador do Banco Mundial (BM), que se articula

⁷ Leher (1998; 2001); Kuenzer (1999), Shiroma (2003; 2005) entre outros.

⁸ A escolha desta agência se deu devido à atuação como efetua a estruturação e fomento de ações nas políticas educacional brasileira e internacionais. E através da leitura das normativas (PARECER CNE/CEB Nº: 2/2015), então publicadas para o setor, onde é chamada a opinar, sendo considerada fonte de informação e esclarecimento.

de forma a alinhar conveniências das corporações transnacionais, com o interesse de garantir e potencializar o acúmulo de capital, tendo um grande peso nas tomadas de decisões das políticas nacionais brasileiras.

Em 2014 a Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura (UNESCO) lançou um documento intitulado “Diretrizes de Políticas para a Aprendizagem Móvel”, onde propõe um conjunto de diretrizes visando auxiliarem os formuladores de políticas a entender melhor o que constitui aprendizagem móvel⁹ e como o uso destas ferramentas incorporariam benefícios, podendo ser usados como alavanca, avançando no progresso em direção à Educação para Todos¹⁰, sendo este programa o principal direcionador da UNESCO nesta última década.

[...] O desafio é equipar essas tecnologias efetivamente de forma a atender aos interesses dos aprendizes e da grande comunidade de ensino e aprendizagem. A UNESCO acredita que as TIC podem contribuir com o acesso universal da educação, a equidade na educação, a qualidade de ensino e aprendizagem, o desenvolvimento profissional de professores, bem como melhorar a gestão, a governança e a administração educacional ao fornecer a mistura certa e organizada de políticas, tecnologias e capacidades (UNESCO, 2016)

Sendo assim, age estabelecendo condições e em muitos casos determinando a forma como a reforma educacional é efetuada (Quadro 2). Havendo uma grande expectativa de que as TIC trarão soluções rápidas para a melhoria da qualidade na educação. No quadro abaixo, discriminamos as diretrizes do programa de fomento da UNESCO, destacando itens que auxiliam na ilustração deste argumento.

⁹ A aprendizagem móvel é um ramo da TIC na educação. Entretanto, como usa uma tecnologia mais barata e mais fácil de ser gerenciada individualmente do que computadores fixos, a aprendizagem móvel requer um novo conceito para o uso de modelos tradicionais na implementação de tecnologias.

¹⁰ Conferencia Mundial de Educação para Todos, também conhecida como conferencia de Jontiem. Ocorreu no ano de 1990, em Jomtien na Tailândia, tendo como lema “Educação para Todos”. Onde nove países com os maiores índices de analfabetismo mundial, dentre eles o Brasil, foram levados a desencadear ações para a consolidação dos princípios acordados nesta conferência, através de um compromisso assumido por seus governantes que se comprometeram a impulsionar políticas educativas para levar educação para todos em seus territórios. Tendo como financiador a UNESCO, UNICEF, PNUD e BM.

- ✓ Capacitação e aconselhamento de políticas públicas para o uso de tecnologias na educação, particularmente nos domínios emergentes como a aprendizagem móvel.
- ✓ ***Garantia de que professores tenham as habilidades necessárias para usar as TIC em todos os aspectos da prática de sua profissão por meio de ferramentas como o Marco Político de Padrões de Competência em TIC para Professores.***
- ✓ Apoio do uso e desenvolvimento de recursos e softwares educacionais plurilíngues, que sejam disponíveis para uso e reuso como resultado de licenças abertas (recursos educacionais abertos – REA; software livre e aberto [free and open source software – FOSS]).
- ✓ Promoção de TIC para educação inclusiva, que inclua pessoas com deficiências e proporcione a igualdade de gênero.
- ✓ Coleta de dados estatísticos e desenvolvimento de indicadores sobre o uso de TIC na educação.
- ✓ *Provisão de apoio à políticas públicas que garantem que o potencial de TIC seja aplicado efetivamente por todo o sistema educacional.* O Instituto de Tecnologias de Informação para a Educação (UNESCO Institute for Information Technologies in Education – IITE), com sede em Moscou, se especializa em intercâmbio de informações, pesquisa e treinamento sobre a integração das TIC em educação (UNESCO, 2016).

Quadro 2 – Diretrizes do Programa Uso de TIC na Educação, UNESCO do Brasil.
 Fonte: (UNESCO, 2016), grifo nosso.

Dessa forma a UNESCO, definiu seu papel frente aos países como de conselheira, orientando como oferecer treinamento de boa qualidade aos educadores, sobretudo os de ensino médio e superior; ou de recomendar o respeito pelos padrões internacionais no que consiste aos direitos e deveres pela profissão.

Esta Organização, em seus relatórios, declara que o Brasil tende a enfrentar um grande desafio ao buscar transformar a educação em alavanca do desenvolvimento e por isso o uso das TIC viria a contribuir em muito nesse processo.

A EaD, em relação às TIC, precisa estar inserida num projeto de reflexão e ação, utilizando-as de forma significativa, tendo uma visão aberta do mundo contemporâneo, bem como realizando um trabalho de incentivo às mais diversas experiências, pois as diversidades de situações pedagógicas permitem a reelaboração e a reconstrução do processo ensino-aprendizagem.(...) Por meio desse discurso a UNESCO declara seu apoio aos programas de EaD e afirma que continuará a realizar o seu papel de contribuir com a construção da sociedade do conhecimento, impulsionada em sua grande maioria pelas TIC e com isso assegurar o direito à livre circulação e acesso equitativo a conhecimentos, informação, dados e melhores práticas em todas as áreas e disciplinas (MALACHEN, 2008, p. 195).

Com essa intenção, a UNESCO organizou diversas publicações que relatam e reforçam a importância da parceria deste organismo com o Brasil e a necessidade cada vez mais de programar o uso das TIC no país para que ocorra a democratização ao acesso a educação. Nos informes promovidos por essa entidade, afirmam a necessidade de priorizar e

aumentar os esforços relativos à equivalência educativa e principalmente a formação docente e ainda destaca a importância da utilização das TIC nesse processo devido ao seu custo baixo comparando com os meios tradicionais de apoio.

O discurso sistematizado e estruturado através de documentos (UNESCO, 2009) reforça que a introdução das TIC na EaD contribui para evitar custos maiores para as instituições de ensino e governo. Dentre os fatores descritos que contribuem para a economia nessa modalidade de ensino, está o uso dos meios que permitem um número relativamente reduzido de docentes para um número maior de alunos; a não exigência de salas de aula; os cursos podem ser realizados em menor tempo e a utilização dos mesmos materiais produzidos por vários anos. Nesse contexto, ao professor cabe racionalizar o contato com os alunos com os materiais instrucionais. Com o conhecimento gravado nos softwares, em vídeos e em livros didáticos, um único docente pode atender um número muito maior de alunos, permitindo que custos sejam cortados e tendo outros efeitos que impactam na formação docente tornando a mais flexível e condizente com o mundo “globalizado”.

1.2 LEGISLAÇÃO

A EaD só chegou com força no Brasil em 1937, com a criação do Serviço de Radiodifusão Educativa, do Ministério da Educação; o esquema era trazer aulas no rádio que eram acompanhadas por material impresso.

No quadro 3, que segue dividido por geração, buscamos fazer um estudo das legislações instituídas, a partir da Lei de Diretrizes e Base da educação (LDB – Lei n.º 9394, de 20 de dezembro de 1996), na qual as bases legais da Educação a Distância foram estabelecidas e o que foi sendo proposto na sequência, dando forma e estrutura a EaD vigente no Brasil.

GERAÇÃO	1ª	PERÍODO	1840 - 1950
DESTAQUES		CARACTERÍSTICAS/SOBRE O QUE LEGISLA	
1937 – Início da radiodifusão. 1939 – Instituto Monitor. 1941 – Instituto Universal Brasileiro.		Cursos por correspondência. Os instrutores passaram a produzir textos, guias de estudo com tarefas e exercícios e outros materiais impressos que eram enviados pelo correio aos estudantes. A comunicação se fazia através da interação entre o estudante e a instituição e os alunos podiam estudar em casa.	

Quadro 3.1 – Geração, Destaque e Cronologia da legislação em EaD (destaque da 1ª geração).
Fonte: Legislação sobre EaD, documentos sobre Educação nacionais e internacionais (própria).

GERAÇÃO	2ª	PERÍODO	1950 - 1960
DESTAQUES		CARACTERÍSTICAS/SOBRE O QUE LEGISLA	
Surtem as -Universidades Abertas.		Surtem às primeiras Universidades Abertas com novos veículos de disseminação de conteúdos como o rádio, televisão, fax, com interação por telefone, além do material impresso. Leituras ao vivo em sala de aula eram capturadas e transmitidas a outros grupos de alunos, que poderiam seguir a lição de uma sala de aula distante por meio da televisão ou do rádio. A interação continuava apenas entre o estudante e a instituição.	

Quadro 3.2 – Geração, Destaque e Cronologia da legislação em EaD (destaque da 2ª geração).

Fonte: Legislação sobre EaD, documentos sobre Educação nacionais e internacionais (própria).

GERAÇÃO	3ª	PERÍODO	1960 – 1989
DESTAQUES		CARACTERÍSTICAS/SOBRE O QUE LEGISLA	
<p>1961 – MEB (CNBB) Escolas radiofônicas.</p> <p>1965 – TV Educativa</p> <p>1971 – Lei 5692/71 Classifica os programas de EaD como experimentais.</p> <p>1972 – EaD como política pública através dos planos PBDCT (1º - período 1972 a 1974; 2º - período 1975 a 1979).</p> <p>* Projeto da Universidade aberta do Brasil (UNB)</p> <p>1973 – Criação do IPAE (promotor do 1º encontro nacional de EaD em 1989 e o 1º Congresso Brasileiro de EaD de 1993).</p> <p>1977- Fundação Roberto Marinho</p> <p>1978 – Telecurso 1º e 2º grau.</p>		<p>Multimídia. Nesta geração temos os recursos da primeira e da segunda fases juntos, em uma abordagem multimídia, com base em textos, áudio e televisão. Mas estes meios eram suplementares ao material impresso. A computação como meio de acessar bancos de dados foi sendo incorporada aos processos de ensino à medida que se desenvolvia.</p> <p>*A pesquisadora Andréia Mello Lacê, em tese de Doutorado defendida na UNB em abril de 2016, intitulada: “A Universidade Aberta do Brasil (UAB): Das origens na ditadura militar ao século XXI (1971-2006)”, defende que a UAB teve seu nascedouro no governo Médici (1969-1974), estando atrelada ao projeto de desenvolvimento econômico e as orientações da UNESCO, o que pode ser verificado através do I Plano setorial da educação para o triênio de 1972-1974.</p>	

Quadro 3.3 – Geração, Destaque e Cronologia da legislação em EaD (destaque da 3ª geração até anos 1990).

Fonte: Legislação sobre EaD, documentos sobre Educação nacionais e internacionais (própria).

GERAÇÃO	3ª	PERÍODO	1990 – Conferência de Jomtien (Tailândia) ou Conferência mundial de Educação para todos.
DESTAQUES		CARACTERÍSTICAS/SOBRE O QUE LEGISLA	
Essa conferencia fornece definições e novas abordagens sobre as necessidades básicas de aprendizagem, tendo em vista estabelecer compromissos mundiais para garantir a todas as pessoas os conhecimentos básicos necessários a uma vida digna, visando uma sociedade mais humana e mais justa.		Esse documento inclui definições e novas abordagens sobre as necessidades básicas de aprendizagem, as metas a serem atingidas relativamente à educação básica e os compromissos dos Governos e outras entidades participantes. Dessa forma, <i>em sequência à Conferência Mundial, os países foram incentivados a elaborar Planos Decenais de Educação Para Todos, em que as diretrizes e metas do Plano de Ação da Conferência fossem contempladas.</i>	

Quadro 3.4 – Geração, Destaque e Cronologia da legislação em EaD (destaque da 3ª geração, anos 1990).

Fonte: Legislação sobre EaD, documentos sobre Educação nacionais e internacionais (própria).

GERAÇÃO	4ª	PERÍODO	A partir de 1994
DESTAQUES		CARACTERÍSTICAS/SOBRE O QUE LEGISLA	
1994 – Conferência de Salamanca (Epanha) 1995- Telecurso 2000		Múltiplas Tecnologias. Múltiplas tecnologias incluindo os computadores e as redes de comunicação. Houve a integração das telecomunicações com outros meios educativos, mediante a informática (correio eletrônico, CDs, Internet, Audi conferência, videoconferência, redes de computadores, telefone, fax, papel impresso, etc.). As redes de comunicação além de prover o acesso a uma gama de informações nunca antes existente possibilitaram a comunicação interativa em dois sentidos, síncrona e assíncrona, entre a instituição e os estudantes, entre os estudantes e os professores ou tutores e entre os próprios estudantes, provocando mudanças consideráveis nos processos educacionais. Também destacamos nesta fase a ideia de ensino virtual.	
1996 - Lei N° 9.394, de 20 de Dezembro.		LDB - Em seu art. 80; a lei trata do ensino na modalidade a distância, em todos os níveis e modalidades de ensino e de educação continuada. Reconhece a modalidade EaD como processo positivo de formação do cidadão brasileiro e determina que a EaD no Brasil terá regulamentação própria e que o credenciamento das instituições que desejam trabalhar com essa modalidade será feita pela União.	
1997 – Resolução CNE/CES 1, de 26 de fevereiro.		Fixa condições para validade de diplomas de cursos de graduação e pós-graduação em níveis de mestrado e doutorado, oferecidos por instituições estrangeiras no Brasil nas modalidades semipresenciais ou a distância.	
Decreto 2.494, de 10 de fevereiro de 1998 . <i>(revogado pelo Decreto 5.622, de 19 de maio de 2005)</i>		Regulamenta o artigo 80 da Lei 9.394. Apresenta em seu artigo 1º a definição legal da EaD, como <i>'forma de ensino que possibilita a autoaprendizagem, com a mediação de recursos didáticos sistematicamente organizados, apresentados em diferentes suportes de informação, utilizados isoladamente ou combinados, e veiculados pelos diversos meios de comunicação'</i> .	
Portaria N° 301, de 07 de abril de 1998		Resolve normatizar procedimentos de credenciamentos de instituições para a oferta de cursos de graduação e educação profissional tecnológica e a distância.	

Quadro 3.5 – Geração, Destaque e Cronologia da legislação em EaD (destaque da 4ª geração até anos 2000).

Fonte: Legislação sobre EaD, documentos sobre Educação nacionais e internacionais (própria).

GERAÇÃO	4ª	PERÍODO	2000 – Declaração sobre Educação para todos: cumprindo os compromissos coletivos
DESTAQUES		CARACTERÍSTICAS/SOBRE O QUE LEGISLA	
Resolução CNE/CES 1, de 03 de abril de 2001		Estabelece normas para o funcionamento de curso de pós-graduação a distância, inclusive stricto sensu.	
Portaria Nº 2.253, de 18 de outubro de 2001 – <i>(revogado pela Portaria 4.059, de 10 de dezembro de 2004)</i>		Resolve que as instituições de ensino superior do sistema federal poderão oferecer na organização pedagógica curricular de seus cursos superiores reconhecidos disciplinas que utilizem método não presencial em seu todo ou em parte.	
Portaria Nº 4.059, de 10 de dezembro de 2004		Permite a oferta de 20% da carga horária total dos cursos superiores na modalidade a distância <i>(revoga a Portaria 2.253, de 18 de outubro de 2001)</i> .	
Portaria Nº 4.361, de 29 de dezembro de 2004		Trata sobre os processos de credenciamento e reconhecimento de cursos normatizando a EaD.	
Decreto Nº 5.622, de 19 de dezembro de 2005.		Regulamenta o art. 80 da lei 9394, revogando o decreto Nº 2.494. Define que a EaD se caracteriza como uma modalidade de ensino que utiliza os meios tecnológicos para o processo de ensino e aprendizagem, tendo a metodologia, gestão e avaliação diferenciadas. Estabelece a política de garantia de qualidade no tocante aos variados aspectos ligados a modalidade EaD, ao credenciamento institucional, supervisão, acompanhamento e avaliação de acordo com padrões de qualidade enunciados pelo Ministério da Educação.	
Decreto Nº 5.800, de 08 de dezembro de 2006.		Institui a Universidade Aberta do Brasil (<i>UAB</i>), voltada para o desenvolvimento da modalidade de educação a distância com a finalidade de expandir e interiorizar a oferta de cursos e programas de educação superior no país, sendo prioridade a formação de professores para educação básica e a formação de gestores públicos.	
Portaria normativa Nº 02, de 10 de janeiro de 2007.		Dispõe sobre os procedimentos de regulação e avaliação da educação superior na modalidade à distância.	
Decreto Nº 6.303, de 12 de dezembro de 2007.		Altera dispositivos do Decreto Nº 5.622, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, e do decreto Nº 5.773, que dispõe sobre o exercício das funções de regulação, supervisão e cursos superiores de graduação e sequenciais no sistema federal de ensino.	
Resolução CD/FNDE Nº 24 , de 04 de junho de 2008, e Resolução CD/FNDE Nº 49 , de 10 de setembro de 2009.		Ambas estabelecem orientações e diretrizes para o apoio financeiro as instituições de ensino participantes do sistema UAB, vinculado a coordenação e aperfeiçoamento de pessoal de nível superior e a secretaria de educação a distância do ministério da educação.	

Quadro 3.6 – Geração, Destaque e Cronologia da legislação em EaD (destaque da 4ª geração, anos 2000).

Fonte: Legislação sobre EaD, documentos sobre Educação nacionais e internacionais (própria).

GERAÇÃO	5 ^a	PERÍODO	2010 – 20yy - Declaração de Incheon: Educação 2030: rumo a uma educação de qualidade inclusiva e equitativa e à educação ao longo da vida para todos.
DESTAQUES		CARACTERÍSTICAS/SOBRE O QUE LEGISLA	
<p>Em adição às quatro gerações anteriormente descritas Aretio (2001) apresenta uma 5^a Geração, essencialmente derivada da 4^a geração.</p> <p>A 5^a geração diferentemente das gerações anteriores, especialmente da 1^a e da 2^a em que os custos variáveis apresentam crescimento proporcional ao número de alunos matriculados, traz consigo o potencial de diminuição significativa dos custos relacionados à economia de escala e custos de efetividade, quando comparados aos da EAD tradicional ou ao sistema convencional de educação face a face.</p> <p>Do ponto de vista pedagógico, a 5^a geração de EAD possibilita experiências personalizadas com efetivos serviços pedagógicos e administrativos de apoio ao estudante e uma melhor qualidade da tutoria, com custos per-capita significativamente menores.</p>		<p>Resolução CD/FNDE Nº 26, de 5 de junho de 2009. E Resolução CD/FNDE Nº 8, de 30 de abril de 2010 - Estabelecem orientações e diretrizes para o pagamento de bolsas de estudo e de pesquisa a participantes da preparação e execução dos cursos dos programas de formação superior, inicial e continuada do âmbito do sistema UAB vinculado a coordenação de aperfeiçoamento de pessoal de nível superior, a serem pagas pelo fundo Nacional de desenvolvimento da educação.</p> <p>Projeto de lei 2.435/2011. (Em tramitação) - Dispõe sobre a regulamentação do exercício da atividade de Tutoria em Educação a Distância. <i>Atualmente está na Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público (CTASP) tendo sido designada como relatora a Dep. Flávia Moraes (PDT-GO).</i></p> <p>Resolução CNE/CEB Nº 6, de 20 de setembro de 2012 - Define diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Profissional Técnica de Nível Médio. Destaco nesta análise o Título IV – formação docente.</p> <p>Resolução CNE/CEB nº 1, de 2 de fevereiro de 2016 - Define Diretrizes Operacionais Nacionais para o credenciamento institucional e a oferta de cursos e programas de Ensino Médio, de Educação Profissional Técnica de Nível Médio e de Educação de Jovens e Adultos, nas etapas do Ensino Fundamental e do Ensino Médio, na modalidade Educação a Distância, em regime de colaboração entre os sistemas de ensino.</p>	

Quadro 3.7 – Geração, Destaque e Cronologia da legislação em EaD (destaque da 5^a geração).

Fonte: Legislação sobre EaD, documentos sobre Educação nacionais e internacionais (própria).

Na década de 1990, a EaD tomou novo rumo no Brasil e aparece mais nitidamente no âmbito das políticas educacionais, sobretudo nos dispositivos legais, resultando em ações que mostram a elevação do seu status no âmbito do Ministério da Educação (MEC), com a efetivação de várias iniciativas e medidas políticas que, posteriormente, articularam-se aos processos de diversificação e diferenciação institucionais executados no íntimo das reformas para a educação superior e de formação de professores no Brasil.

A partir de 1996¹¹ a EaD, no Brasil, vem sendo proposta como uma modalidade de ensino, e recebendo significativo apoio do governo federal através do MEC, tendo sido incentivado seu crescimento, tanto na esfera pública quanto na privada.

A discussão sobre a expansão da EaD no Brasil traz ainda questões importantes referentes à qualidade do ensino ofertado, e os interesses que permeiam esta modalidade de

¹¹ Tendo como marco a LDB 1996.

ensino, sendo considerada como uma modelo de ensino para aceleração rápida da expansão de vagas no ensino superior¹².

A rapidez com que esta modalidade de ensino vem se desenvolvendo no Brasil, ao longo destes anos, acompanha a velocidade impulsionada pelo avanço das TIC. É creditado as TIC terem possibilitado de forma difusa e progressiva o acesso ao conhecimento e facilitado a educação formal em locais remotos do território nacional. Favorecendo assim, com a interiorização da informação gerada nos grandes centros.

A legislação que veio a legitimar essa modalidade de ensino buscou adequá-la aos novos tempos, a fim de permitir alinhamento aos interesses vigentes. Ao tornar-se integrante do sistema de educação formal, de forma instituída e regulamentada, a EaD, é posta como uma grande aposta vindo a contribuir com a difusão e o acesso a educação a todos.

No entanto, não podemos deixar de mencionar um nivelamento referente à questão do financiamento externo e às políticas hegemônicas. Pronko (2014) já chamava atenção em sua análise para a interferência e redirecionamento de organismos de economia internacional subsidiando políticas no âmbito da Educação.

Trabalhos mais recentes apontam para a atuação ideológica e política dessas organizações, assumindo até um caráter mais importante que sua atuação financeira (Pereira¹³, 2010) no processo de difusão e convencimento dos princípios que orientam a neoliberalização (Harvey¹⁴, 2008). Na área específica da educação e no caso específico do Banco Mundial (BM), alguns autores começam a problematizar a atuação do organismo, situando-o no conjunto de organizações nacionais e internacionais (governamentais, intergovernamentais, filantrópicas e privadas) que dão suporte, formulam, reformulam e disseminam suas orientações de política, mostrando a complexa trama de interesses que informam sua atuação (PRONKO, 2014, p.90).

Oliveira (2002) também chama a atenção para esse alinhamento,

[...] não como mera imposição, dado o consentimento interno e a afinidade das elites nacionais aos projetos desses organismos, mas como produto das mediações internas na composição e realização dos programas financiados (OLIVEIRA, 2002, p.261).

¹² A EaD como modalidade de ensino é proposta na LDB para todos os seguimentos da oferta de ensino no Brasil, no entanto, observa-se uma maior oferta desta modalidade de ensino para Estudantes do ensino superior.

¹³ Pereira, João Marcio Mendes. O Banco Mundial como ator político, intelectual e financeiro (1944-2008). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.

¹⁴ Harvey, David. O neoliberalismo: história e implicações. São Paulo: Loyola, 2008.

Destacando essa relação contraditória de subordinação/cumplicidade que os interesses nacionais estabelecem com o capital internacional. Oliveira (2002) ressalta que para o capital manter-se em seu processo reprodutivo e hegemônico faz se necessário que eleja sujeitos capazes de exercerem o papel de organizadores intelectuais, “Ou seja, para os países mais pobres, agências multilaterais, como o Banco Mundial e o Fundo monetário Internacional”, seriam os responsáveis por conferir essa sincronicidade de interesses.

(...) o compromisso assumido pelo Brasil em sua agenda econômica e política foi seguido de outros numerosos compromissos na esfera social, particularmente na esfera educacional, tais como os que se fizeram por meio dos documentos políticos: Declaração Mundial de Educação para Todos, de Jomtien (UNESCO, 1990), e Declaração de Nova Delhi (UNESCO, 1993)¹⁵, que tiveram sua primeira expressão orgânica do movimento reformista mundial, na esfera da educação, no Brasil, com o Plano Decenal de Educação para Todos e, na esfera executiva, no Planejamento Político-Estratégico do Ministério da Educação 1995/1998, tornado público em 1995 (JUNIOR SILVA, 2003).

Observa-se que a partir da década de 1970, ocorreram inúmeras transformações no atual estágio de universalização do capitalismo, chamando atenção para sua inserção em ambientes até então não explorados. Configurando novas formas de organização social com as estruturas outrora organizadas segundo uma racionalidade de natureza diferente da instituída pelo até então capitalismo vigente. Dessa maneira, vindo a promover mudanças no movimento de reformas institucionais.

A reforma educacional brasileira da segunda metade dos anos de 1990 é ela mesma, na sua particularidade, (...) Portanto, assistimos, nesse período, a uma série de transformações paradigmáticas na esfera educacional no Brasil (JUNIOR SILVA, 2003).

Desde então, o número de instituições de ensino públicas e privadas que oferecem cursos nesta modalidade tem crescido significativamente no Brasil, depois da publicação da regulamentação que rege esse setor de ensino.

¹⁵ Os países emergentes reiteraram, em 1993, o compromisso de atender às necessidades básicas de aprendizagem e convocaram as instituições financeiras internacionais para que, *sob o prisma de ajustes estruturais*, reconhecessem a educação como investimento crítico (UNESCO, Declaração de Nova Delhi, 16 de dezembro de 1993).

De acordo com dados divulgados pelo *CENSO EAD.BR*¹⁶ de 2015/2016, a EaD é uma modalidade de ensino que está presente em todo o Brasil, nas capitais e nas regiões interioranas, porém,

[...] o censo identificou haver uma concentração de 42% de instituições com sede na região sudeste, destaque para o Estado de São Paulo (22%). Tendo cursos ofertados em todos os níveis e áreas do conhecimento, com destaque para cursos de extensão e para áreas de ciências sociais e aplicadas regulamentados totalmente à distância. Entre os semipresenciais a procura maior se dá pelas Ciências Humanas. O censo chama atenção ainda para a capacidade de expansão deste *mercado*, ressaltando que há uma previsão de interesse das instituições em aumentarem 24,91% os investimentos para o ano de 2016, 20,48% pretendiam mantê-los e apenas 6,35% pretendiam reduzi-los. Sendo a preferência de investimento nos cursos semipresenciais (CENSO EAD.BR, 2015/2016)

Essas informações quando apresentadas desta forma, buscam demonstrar o quão consolidado vem se tornando essa modalidade de ensino e que como investimento de mercado este é um setor em franca expansão. E que vem ganhando cada dia mais adeptos.

¹⁶ Foram respondentes 368 instituições de ensino ao CENSO EAD.BR: Relatório Analítico da Aprendizagem a Distância no Brasil 2015, abrangendo todos os níveis educacionais do sistema formal de ensino, iniciativas de ensino não formal e atividades de instituições que fornecem produtos e serviços para esse segmento.

2 CONCEITOS DE EAD

Ao longo do tempo, a EaD sofreu modificações profundas que podem ser percebidas desde uma mudança no campo temático que, atualmente, está bastante diversificado, até o surgimento de novas propostas educativas com novos meios e outros veículos. Podendo ser considerada uma modalidade que desde seu início traz em si uma proposta democratizante de promover o ensino.

Peters (2001) busca fazer um contraponto entre distância e proximidade, buscando compreender que por milênios, ensinar e estudar eram atos que aconteciam em proximidade física. Isto se tornou um senso comum e fixou-se firmemente na consciência das pessoas. E que por isso, estudar e ensinar a distância são considerados como excepcional, não podendo ser comparado ao estudo presencial, sendo então considerado um desafio.

Na definição de Holmberg de 1977: O termo "educação à distância" esconde-se sob várias formas de estudo, nos vários níveis que 'não estão sob a contínua e imediata supervisão de tutores presentes com seus alunos nas salas de leitura ou no mesmo local. "A educação a distância se beneficia do planejamento, direção e instrução da organização do ensino". (NUNES, 1992).

Educação a Distância é o aprendizado planejado que normalmente ocorre em lugar diverso do professor e como consequência requer técnicas especiais de planejamento de curso, técnicas instrucionais especiais, métodos especiais de comunicação, eletrônicos ou outros, bem como estrutura organizacional e administrativa específica.

A Educação a Distância pode ser definida como um processo de ensino-aprendizagem mediado por tecnologias de informação e comunicação.

Neste processo, professores e alunos, embora separados pelo espaço e tempo, estão juntos virtualmente por meio das tecnologias, em especial a internet. Outros meios de comunicação, tais como o correio, o rádio, a televisão, o vídeo, o CD-ROM, o telefone, o fax e tecnologias semelhantes também podem ser utilizados. Estando a escolha pela tecnologia empregada vinculada ao público alvo que será atendido e a facilidade deste ao acesso às tecnologias existentes.

Isso posto, cabe buscar uma definição clara do que vem a ser EaD. Diversos autores buscaram delimitar este termo, tais como Garcia Aretio (1987), Preti (1996), Moore e Kearsley (1996) e Chaves (1999), ressaltando que existem diversas formas de definir educação à distância.

Na expressão ensino à distância para Moran (2002), a ênfase é dada ao papel do professor, como principal agente do processo de aprendizagem, sendo que o educando parece ficar em segundo plano, como espectador. A expressão educação a distância sugere aprendizagem compartilhada, com igual envolvimento de professores e estudantes, em um processo em que ambos ensinam e aprendem. Sendo um compromisso tácito na EaD, de que não há aprendizagem se não houver participação ativa, esforço e compromisso do educando com aquilo que deseja aprender.

Pelo Decreto Presidencial 5.622, de 19 de dezembro de 2005, que regulamenta o artigo 88 da Lei de Diretrizes Básicas da Educação (LDB nº 9394, de 1996) a definição de EaD foi redigida da seguinte forma:

[...] modalidade educacional na qual a mediação didático-pedagógica nos processos de ensino e aprendizagem ocorre com a utilização de meios e tecnologias de informação e comunicação, com estudantes e professores desenvolvendo atividades educativas em lugares ou tempos diversos (DECRETO Nº 5.622, de 2005).

Entretanto, Aretio (2001) define educação à distância como:

[...] um sistema tecnológico de comunicação bidirecional, que pode ser massivo e que substitui a interação pessoal na sala de aula de professor e aluno, como meio preferencial de ensino, pela ação sistemática e conjunta de diversos recursos didáticos e pelo apoio de uma organização e tutoria que propiciam a aprendizagem independente e flexível dos alunos (p.40).

Já Moran (2002) aborda a educação à distância como:

[...] um processo mediado por tecnologias, (...) onde professores e alunos não estão normalmente juntos fisicamente, mas podem estar juntos, conectados por tecnologias (p.1).

Por fim, para Moore & Kearsley (2007) educação à distância pode ser compreendida como o que:

[...] ocorre normalmente em um lugar diferente do local de ensino, exigindo técnicas especiais de criação do curso e de instrução, comunicação por meio de várias tecnologias e disposições organizacionais e administrativas (apud LAPA, 2008, p. 7).

Percebemos variadas compreensões, visões, olhares com relação a este tipo de método de ensino. Na compreensão de Moore & Kearsley, além da visão geográfica, a EaD é relacionada aos meios técnicos, meios de comunicação eletrônicos, ao aparato tecnológico e ao aspecto da gestão, do planejamento, enfim, da organização educacional. Já Moran, versa a

educação à distância enquanto um processo pedagógico mediado pelo uso de tecnologias, de modo a favorecer e não a substituir a relação professor – aluno.

Desta forma destacamos abaixo as seguintes características como sendo as mais marcantes e que sintetizam como estes autores conceituam EaD:

- a. Separação espacial e/ou temporal entre o professor/tutor e o aluno na maior parte do processo de ensino/aprendizagem;
- b. Autonomia de estudos realizados por parte dos alunos, em que o controle do aprendizado é realizado mais intensamente pelo aluno do que pelo professor/tutor;
- c. Uso de tecnologias da informação para possibilitar a comunicação bidirecional entre estudante e professor/tutor e que pode ocorrer de forma síncrona ou assíncrona;
- d. Momentos presenciais utilizados para tutoriais, estudos em bibliotecas, seminários, provas, seções de laboratório, aulas práticas e outros;
- e. Atendimento em grande escala através do uso de processos industrializados e setORIZADOS (divisão do trabalho e de funções), com a formação de equipes que atuam conjuntamente (redes).

Moran (2002) considera duas modalidades de Educação: a presencial e a distância. No contexto brasileiro vigente, a modalidade presencial é a mais comumente utilizada, principalmente no que se refere aos cursos regulares, onde professores e alunos encontram-se sempre no mesmo ambiente físico, salas de aulas, e este encontro se dá no mesmo momento.

Em contraposição, na modalidade à distância, professores e alunos estão fisicamente separados no espaço e ou no tempo, mas podem estar conectados através do uso de TIC, tendo sido impulsionada com o advento da Internet (OLIVEIRA, 2014).

A associação entre TIC e a EaD então é referendada como proposta de solucionar questões para facilitar o acesso à aprendizagem. Pois estariam sendo incorporada uma nova proposta de estudo, onde o aluno não tem uma delimitação geográfica e nem uma sala de aula física para investir ou ampliar sua qualificação. Nessa perspectiva, o ambiente de educação a distância se torna o meio de comunicação que viabiliza a aproximação virtual entre alunos e professores dispersos geograficamente, uma vez que possuem algumas ferramentas que possibilitam os alunos a comunicarem entre si, organizarem suas ideias, compartilharem seus conhecimentos, tornando-se sujeitos autônomos de sua aprendizagem.

Enquanto modalidade de ensino a EaD, também chamada de ensino a distância e *e-learning*¹⁷, vem alcançando maior espaço nas instituições de ensino superior (IES) e no mercado educacional nos últimos anos (ARRUDA, 2015).

2.1 EAD E AS POLITICAS NEOLIBERAIS.

Em um documento da UNESCO publicado em 2014, intitulado “Enfoques Estratégicos sobre las TIC en educación em América Latina y El Caribe”, traz em seu bojo orientações e propõe adequações consideradas importantes para adequar-se a nova ‘sociedade da informação’, o foco desta mudança de paradigmas seria a incorporação das TIC como um desafio pedagógico.

[...] estando incorporadas as aulas e nos currículos escolares, enxertadas na formação inicial e nos serviços dos docentes e através de políticas públicas que assegurem a implementação sistêmica destas reformas, que irão impactar no sistema educativo de maneira integral, assegurando com isso uma cobertura de “qualidade de infraestrutura tecnológica (hardware, software, e acesso aos serviços de informação e comunicação)” (UNESCO, 2014, p.8).

Este mesmo documento da UNESCO argumenta que a educação vem sendo considerada como um *link/conexão* privilegiado que articula a integração cultural, a mobilidade social e o desenvolvimento produzido. Reforça o fato de que o uso das TIC seriam instrumentos fundamentais nesse processo de adequação dos currículos com a sociedade do conhecimento, através do surgimento do “cibercidadão¹⁸”, este *novo ser* teria seu empoderamento justificado devido à “globalização¹⁹”.

As transformações inerentes à reorganização socioeconômicas ocorridas a partir da década de 1990 com o processo de globalização geraram alterações importantes sobre os fluxos de comércio e de capitais, provocando mudanças significativas, sobretudo nas relações

¹⁷ É a abreviação de ‘Eletronic Learnig’, uma forma de educação a distância que utiliza suporte eletrônico de tecnologia de informação. O ‘e’ que inicia a palavra, assim como e-commerce, e-mail, e-business, passou a representar as relações existentes no mundo digital, sendo uma modalidade de educação à distância com suporte na Internet. Esta modalidade vem sendo impulsionada pela necessidade das empresas, como forma de impulsionar o treinamento corporativo de seus funcionários. Estando voltada para o desenvolvimento de competências por meio de interação e colaboração entre os aprendizes (GOMES, 2005).

¹⁸ O surgimento da Internet e a crescente popularização das facilidades decorrentes do seu uso propiciam a criação de um novo espaço de interação online – ciberespaço. Nele, o cidadão pode expressar suas ideias, engajar outros cidadãos e, até mesmo, participar do processo de construção de uma ciberdemocracia (NICOLA, R.2005).

¹⁹ Conceito de globalização é um fenômeno mundial, abrangente e multifacetado, que consiste na integração das diversas sociedades internacionais num único mercado capitalista mundial.

de trabalho. Com essa nova proposta, o capital buscava justificar as relações de poder e de exploração, dando sentido ao discurso de que vivemos em uma “sociedade do conhecimento”, e que por isso as exigências que recairiam sobre os trabalhadores referiam-se às novas qualificações e habilidades que lhes permitiriam inserir-se no mercado de trabalho, competindo de forma igualitária com outras pessoas.

Estas novas habilidades e comportamentos estariam demonstrados na capacidade de comunicação, participação e flexibilidade, sendo considerados fundamentais dentro deste modelo de produção do trabalho. Por sua vez, esperava-se que a escola fosse o *lócus*²⁰ apropriado onde o trabalhador pudesse encontrar os caminhos para adaptar-se a este contexto, possibilitando ao educando/futuro trabalhador, apropriar-se de novos conhecimentos e ajustar-se da melhor forma possível à flexibilidade deste novo padrão de produção.

Então, para moldar esse perfil profissional proposto, seria preciso criar formas de atrair esses trabalhadores para esta escola, não apenas por razões econômicas, mas também como uma questão de resgate de uma dívida social, visto que a necessidade de trabalhar associado a questões financeiras são os motivos principais que ocasionam o abandono dos estudos.

Desta forma, é necessário que a escola se adeque aos novos interesses e que seja:

[...] capaz de proporcionar uma educação integral e permanente, em sistemas educativos flexíveis, que formem cidadãos conscientes de seu papel no mundo e para o mundo. Uma escola que reconheça o valor dos conhecimentos adquiridos fora da escola, na experiência dos indivíduos no trabalho, buscando incorporá-los na estrutura curricular, certificando seus saberes e facilitando a continuação dos seus estudos no sistema regular ou na educação informal (COSTA & COSTA, 2013, p. 3).

Destaca-se a dimensão docente na reforma educacional produzida no núcleo estratégico do Estado, por serem os professores e os dirigentes, os agentes centrais de realização concreta da reforma e da mudança do paradigma educacional pretendido pelos gestores do MEC, por meio de suas práticas sociais no cotidiano da instituição escolar.

E como Educação, neste contexto, vem sendo proposta como um bem, como algo rentável. É também por isso, que os docentes devem estar melhores preparados.

Nesta discussão, compartilhamos do conceito de Frigotto (2009), sobre a teoria do capital humano (TCH):

²⁰ lugar, posição, local, posto.

[...] é uma noção que os intelectuais da burguesia mundial produziram para explicar o fenômeno da desigualdade entre as nações e entre grupos sociais, sem desvendar os fundamentos reais que produzem esta desigualdade: a propriedade privada dos meios e instrumentos de produção pela burguesia ou classe capitalista e a compra, numa relação desigual, da única mercadoria que os trabalhadores possuem para promoverem os meios de vida seus e de seus filhos – a venda de sua força de trabalho (p.39).

Frigotto (2000), ao citar Schultz²¹, ressalta que a educação, então, seria o principal capital humano enquanto é concebida como produtora da capacidade de trabalho, potenciadora do fator trabalho. Neste sentido, ela é um investimento como qualquer outro. E que ela passa, então, a constituir-se num dos fatores fundamentais para explicar economicamente as diferenças de capacidade de trabalho e, conseqüentemente, as diferenças de produtividade e renda.

Mészáros (2007), afirma que poucos negariam que os processos educacionais e os processos sociais mais abrangentes de reprodução estão intimamente ligados. E que propor uma reformulação significativa da educação seria impraticável sem uma correspondente transformação do quadro social a que está inserido.

O que nos remete de encontro a afirmação de Frigotto (2000), que é taxativo a defender que buscar entender adequadamente os dilemas e impasses do campo educativo hoje é:

[...] dispor-se a entender que a crise da educação somente é possível de ser compreendida no escopo mais amplo da crise do capitalismo real, no plano internacional e com especificidades em nosso país. E que esta crise é multifacetada, ficando reduzida e com isso mutilada, ao se discutir apenas pelo foco teórico (FRIGOTTO, 2000, p.79).

As relações entre capitalismo, trabalho e educação são o foco de diversos autores. Para Saviani (2007), trabalho e educação são atividades específicas do homem, ou seja, apenas o ser humano é capaz de trabalhar e educar. Com isso, podemos inferir que do ponto de partida, a relação entre trabalho e educação é uma questão de identidade. “Os homens aprendiam a produzir sua existência no próprio ato de produzi-la. Eles aprendiam trabalhar, trabalhando” (SAVIANI, 2007, p.154).

Embora não poderemos negar o potencial humanizador da educação, no capitalismo, ela comparece sempre como serviçal a lógica do mercado. Frigotto, em diversas publicações ressalta que a educação por estar atrelada fortemente ao mercado é considerada como um

²¹Schultz, T.O valor econômico da educação. Rio de Janeiro, ZAHAR, 1962.

suporte da produtividade. Sendo isso que se espera ao final, seria o grande prêmio, quer seja por reconhecimento, ou de ordem financeira. Investimos em educação, individual ou coletivamente, visando retornos financeiros, como quem investe em bens de consumo no mercado financeiro.

Isso posto, Demo (2011) afirma que o capitalismo aprecia a qualidade formal da educação, mas não a qualidade política. “A qualidade educacional própria do sistema capitalista, em particular na atual fase competitiva globalizada, sendo tipicamente funcional.” (p. 157).

Como reflexo desta mesma subserviência ao mercado, as tecnologias em educação também estão sujeitas a esta clamorosa propensão funcionalista. Na medida que, a educação é absorvida como recurso produtivo seguindo o ímpeto arrasador da inovação via mercado. Mesmo quando se revestem de conceitos como ‘Capital social’, ‘humano’, ‘intelectual’, sendo a própria linguagem a transparecer a forma funcional ao mercado como afirma Demo (2011).

O mesmo autor ainda ressalta o fato curioso, da ampla divulgação que esta sociedade é reconhecida como sendo intensiva de conhecimento e aprendizagem, muito além das anteriores. Isso se deve ao fato de dispor de tecnologias avançadas, apressadas e incrivelmente inovadoras de informação.

As tecnologias informacionais formatam, literalmente, a sociedade atual, em especial a economia competitiva globalizada. De maneira similar e coerente, as tecnologias invadem o campo da educação, abrindo, de um lado, oportunidades virtuais praticamente inesgotáveis, e, de outro, reforçando o cinturão do mercado (DEMO, 2011).

A discussão sobre o tema é de suma importância visto que, a atualização e formação do profissional que atuam nesta modalidade de ensino digital vêm se constituindo em um desafio permanente.

É bem verdade que a aprendizagem a distância não é um fenômeno novo. De fato, existiram cursos por correspondência desenvolvidos em universidades por volta de 1800. Nos anos 30, eram as transmissões de rádio, mais a frente, fomos familiarizados com a televisão educativa, recurso que persiste ainda como metodologia de ensino. Mas, o interesse pela educação a distância aumentou consideravelmente com a Internet, e com a regulamentação do setor, e que oferece um meio de distribuição da informação que vai muito além das práticas tradicionais de educação à distância.

2.2 CONCEITUAÇÕES E O CONTEXTO ATUAL

No Brasil, esta modalidade de ensino teve o seu marco regulatório com a promulgação da Lei nº 9.394 de 1996 (Diretrizes e Bases da Educação – LDB). Conforme estabelecido no Art. 80 “[...] o Poder Público incentivará o desenvolvimento e a veiculação de programas de ensino a distância, em todos os níveis e modalidades de ensino, e de educação continuada” (BRASIL, 1996).

A regulamentação desse artigo deu-se inicialmente pelo Decreto nº 2.494, de fevereiro de 1998, que foi revogado quando da publicação pela Presidência da República do Decreto nº. 5.622, de fevereiro de 2005.

Oliveira (2014) defende que com o decorrer do tempo e a adaptação das TIC na Educação a distância, isso possibilitou a modificação do panorama dessa modalidade de ensino.

[...] havendo uma mudança no que se refere em ser uma modalidade ‘complementar’ ou de suprir demandas não atendidas pelo ensino formal para assumir um papel de modalidade de ensino capaz de democratizar o acesso ao ensino superior, passando a ser vista pelo potencial de suas próprias características (OLIVEIRA, 2014).

De acordo com Guarezi & Matos (2009), os conceitos de EaD mantêm em comum a separação física entre o professor e o aluno, e a existência de tecnologias para mediar à comunicação e o processo de ensino aprendizagem.

[...] A evolução do conceito se dá no que se refere aos processos de comunicação, pois a EaD cada vez mais, passa a possuir maiores possibilidades tecnológicas para efetivar a interação entre os pares para aprendizagem (GUAREZI & MATOS, 2009).

Demo (2011) chamou atenção para o risco que as tecnologias informacionais, ao invadirem o campo da educação com suas ferramentas de inovação, queiram dominar esse espaço.

Perde-se de vista, por completo, o horizonte da aprendizagem reconstrutiva, quando se imagina que procedimentos tecnológicos cada vez mais modernos e inovadores poderiam substituir o esforço de pesquisa e elaboração própria. **Tecnologia em educação é meio**, podendo ter nesse patamar importância definitiva. Por isso, pode se afirmar sem susto que o futuro da educação estará na teleducação (DEMO, 2011 – grifo próprio).

Com esta afirmativa Demo traz a necessidade de discutirmos as TIC na Educação. No contexto social em que está inserida, de instabilidade e mudanças frequentes no campo do saber, nos diferentes espaços sociais em que se fez inserida as TIC, e isto inclui a escola, se

coloca a necessidade de buscar novas práticas e metodologias, pois não há mais como dissociar escola e tecnologia. Sendo assim, precisamos aliá-las numa perspectiva de tornar possíveis experiências novas nas formas de construção e compartilhamento do conhecimento.

Ao tratar sobre as novas competências docentes frente ao uso das tecnologias digitais interativas, Garcia et al (2011), afirma que:

Os avanços tecnológicos têm promovido um deslocamento nestes últimos anos no papel do professor frente à incorporação das tecnologias em seu trabalho pedagógico: de uma dimensão de especialista e detentor do conhecimento que instrui para o de um profissional da aprendizagem que incentiva, orienta e motiva o aluno (p. 72).

O que vem de encontro com o preconizado pelo Guia do Tutor UAB: Orientações didático-pedagógicas, que traça um perfil desejável para exercer a função de tutor, conforme descrito no quadro 4.

Profissionais	Pessoais	Didáticas
Envolvimento e interesse pela melhoria do processo ensino-aprendizagem dos alunos sob sua orientação;	Crença nos benefícios das atividades grupais;	Capacidade de promover a autonomia do aluno quanto à sua própria aprendizagem;
Disponibilidade para manter contato com o aluno quando necessário;	Habilidade para administrar angústias e necessidades que possam surgir no grupo;	Exploração de todas as possibilidades do material didático;
Preocupação com seu processo de formação continuada;	Disposição pra se colocar no lugar do outro, de forma a estabelecer uma sintonia afetiva com o grupo;	Domínio das ferramentas de interação e das várias modalidades tecnológicas de informação e comunicação;
Favorecimento do desenvolvimento dos alunos para analisar problemas autônoma e criticamente;	Capacidade de ouvir dialogar e sintetizar e analisar as diferentes ideais expressas pelos componentes de um grupo, de forma articulada e coerente;	Conhecimentos dos vários processos de interação e mediação;
Comportamento profissional ético.	Mostrar autenticidade e sensibilidade nas relações como grupo de forma a estabelecer um clima de confiança.	Disponibilidade para a comunicação diferenciada no espaço e no tempo.

Quadro 4 – Perfil de características desejáveis ao Tutor

Fonte: Vieira 2007 apud (BRASIL, UAB, & UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA, 2008, p. 23)

Essas características são descritas como desejáveis e viriam a somar à mediação pedagógica.

(...) Sua função é de acompanhar os alunos no processo de aprendizagem por meio da mediação sujeito - sujeito; sujeito - conhecimento; sujeito - tecnologias. (...) Você é o mediador do conhecimento, pois sua atuação é intermediadora entre os conhecimentos produzidos social e historicamente e os elementos que compõem a prática social e a reconstrução dos mais diversos saberes constituídos (BRASIL, UAB, & UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA, 2008, p. 21).

Entretanto, esta tarefa implica primeiramente constatar que as novas competências exigem reflexão sobre a finalidade da formação e da prática do professor que, enraizada na pedagogia tradicional, se depara com um novo desafio:

[...] o de ultrapassar a lógica transmissiva, centrada no professor e adentrar na lógica da arquitetura pedagógica aberta, que reconhece o caráter provisório do conhecimento e valoriza didáticas flexíveis e adaptáveis a diferentes enfoques temáticos (GARCIA et al, 2011, p.83).

As tecnologias digitais, cada vez mais presentes no cotidiano das pessoas, em seu uso no processo de ensino-aprendizagem, também trazem mudanças significativas na posição do aluno quanto à aquisição de conhecimentos.

[...] A disposição interativa permite ao usuário ser ator e autor, fazendo da comunicação não apenas o trabalho da emissão, mas co-criação da própria mensagem e da comunicação. Permite a participação entendida como troca de ações, controle sobre acontecimentos e modificação de conteúdo. O usuário pode ouvir, ver, ler, gravar, voltar, ir adiante, selecionar, tratar e enviar qualquer tipo de mensagem para qualquer lugar. Em suma, a interatividade permite ultrapassar a condição de espectador passivo para a condição de sujeito operativo (SILVA, 2003, apud VIEIRA, 2011, p.66).

Partindo também da consideração de que vivemos numa sociedade em rede, a modalidade de educação a distância é uma possibilidade para uma sociedade em estado de aprendizado, que possibilita nos ambientes de aprendizagem e com o apoio das mídias em educação, a aprendizagem individual e coletiva. Empregando recursos tecnológicos como videoconferência, Internet, vídeo e outras ferramentas o ensino precisa contribuir para a inclusão social de seus professores e alunos.

Segundo Moran (2012), “A EaD é cada vez mais complexa, porque está crescendo em todos os campos, atendendo mais pessoas, com modelos diferentes, num cenário de dramáticas mudanças tecnológicas, de mobilidade e de processos.” (p.15).

Os atores envolvidos na EaD precisam estar dispostos a inovação frequente, seu campo de atuação é marcado pela transitoriedade e a única certeza possível é a que permanentes mudanças continuarão a acontecer a partir da influência de novos e diferentes conhecimentos para a área.

Isso ressalta a figura do Tutor através da elaboração das atividades pedagógicas e de mudanças fundamentais no espaço acadêmico. A simples existência das TIC não garante a integração entre os conteúdos propostos e as ementas curriculares, fazendo-se necessário que estejam bastante adaptadas ao processo de aprendizagem a fim de que apoiem e complementem as práticas promovidas no ambiente de aprendizagem no momento das aulas.

No documento ‘Enfoques estratégicos sobre as TIC na Educação na América Latina e Caribe’ (2014), da UNESCO, são apresentados dois elementos centrais considerados estratégicos para a melhoria da educação na região: a renovação das práticas educativas e as estratégias associadas à medição de aprendizagem. Ao abordar e incentivar o enxerto das TIC nos sistemas educativos nacionais traz como pano de fundo as TIC como sujeitos, estando no centro dos modelos, alicerçados para conferirem respaldo sobre seu uso e disseminação.

Neste documento, Eugênio Severin – Economista e responsável pela organização do documento acima citado argumenta que a educação vem sendo considerada como um link/conexão privilegiado que “articula a integração cultural, a mobilidade social e o desenvolvimento produzido”. Reforçando o fato de que o uso das TIC seriam instrumentos fundamentais nesse processo de adequação dos currículos com a sociedade do conhecimento, através do surgimento do “cibercidadão”, este novo ser teria seu empoderamento justificado devido a “globalização”.

Nesta sociedade do conhecimento O “cibercidadão” é algo desejável, pois é o ser transfigurado ou subsumido pela máquina. Estaria capacitado para exercer funções das quais ainda nem foram cogitadas no momento atual de sua formação, seria um ser “cibernético/mutante/adaptável”.

E essa moldura do novo ser se daria através da educação para e através das TIC. Essas competências desenvolvidas reforçam a ideia de educação como um bem. Neste entendimento de educação como um bem, ela é considerada por Severin, como algo rentável. E, também, por isso, que os docentes devem estar preparados ou adaptados a exercerem comando simples onde as máquinas assumiriam o protagonismo do processo educativo proposto.

Por isso a necessidade de moldar as escolas a esta nova proposta, onde possa ser mais “permeável e dinâmica”.

Las culturas de la sociedad del conocimiento obligan a tener la abertura necesaria para pensar de manera distinta la educación. Repensar la arquitectura de la escuela, el espacio de aprendizaje (que puede ser con distintas modalidades de virtualidades), el poder en la distribución del conocimiento. Como podemos tener relaciones más horizontales entre quienes aprenden y los educan en la escuela (UNESCO, 2014, p19).

Neste trecho Severin se contrapõe a duas estruturas da educação até então indiscutíveis, uma o espaço físico da escola, agora este espaço pode ser em qualquer lugar onde haja vontade de aprender e um acesso a alguma tecnologia da informação. E outro aspecto é a figura do professor, em sua identidade de possuidor do saber. Através das TIC o saber é possível a todos (ao menos no discurso oficial) e o professor pode ser perfeitamente substituído ou virtualizado, a fim de ser replicado, perdendo assim sua identidade profissional.

Eis aí o desafio deste projeto de dissertação, pois observamos um descompasso entre pedagogia e tecnologias em educação. Enquanto uma move-se a velocidade da luz, outro segue a passos de caracol. Demonstrando a fragilidade do momento, pois a tecnologia não espera, e com isso ela vai assumindo espaços à revelia do educador. No entanto, não podemos perder o foco, computador é uma ferramenta, bastante oportuna, porém não passa de uma ferramenta. Quando bem utilizada e associada aos meios digitalizados podem expandir o acesso ao conhecimento, conferindo um maior desempenho e possibilitando o tão almejado status de includente, o qual se propõem a fazer.

3 O SISTEMA DE TUTORIA

As TIC possibilitam um maior acesso as informações e a disseminação destas, no entanto, isto não vem contribuindo para que as pessoas sejam mais instruídas.

Para Valente (2013) não é qualquer tipo de interação com o mundo que propicia a construção do conhecimento. E que estudo sobre este tema indicaria que a construção do conhecimento estaria relacionada com a qualidade da interação, e isto estaria condicionado à mediação de outras pessoas e do próprio conhecimento do aprendiz.

Estas constatações sobre o processo de construção de conhecimento permitem uma primeira e importante observação: a presença dos educadores nos ambientes de aprendizagem baseado nas tecnologias é fundamental. As TIC por si só e mesmo a constituição de redes sociais ainda não são suficientes para promover processos de construção do conhecimento (VALENTE, J.A. 2013, p.37).

O surgimento das TIC impulsiona a modalidade de educação a distância, fazendo surgir, através da internet, formas alternativas de geração e disseminação do conhecimento. A educação, hoje, tem se preocupado em ressaltar a importância de levar o aluno a experimentar conhecimentos na prática, e para que isso ocorra, a tecnologia tem mostrado ser uma ferramenta capaz de valorizar os conhecimentos escolares a adequá-los à realidade dos alunos tanto no ensino presencial quanto no ensino à distância.

Compreender e perceber a realidade dos alunos bem como a forma de trabalhar com esses sujeitos na EaD é sem dúvida um dos maiores desafios da educação onde as tecnologias podem ser utilizadas como uma ferramenta auxiliar. Como comenta Cunha (2007) “[...] no trabalho, aqueles que trabalham são ao mesmo tempo sujeito e objeto deste trabalhar, sem que seja possível desembaraçar esses dois momentos.” (p.4).

No entanto alunos, professores e todos os envolvidos no processo de aprendizagem colaborativa necessitam estar engajados a serviço da busca pelo conhecimento, assumindo-se como sujeito também da produção do saber. Paraphraseando Paulo Freire (2015), que ressalta que no processo formativo “ensinar não é transferir conhecimento, mas criar as possibilidades para sua produção ou a sua construção.” (FREIRE, 2015).

Na modalidade de EaD existem três elementos fundamentais em interação: aluno, material didático e o professor. Neste novo cenário, os papéis tradicionais do professor, aluno e escola precisam ser melhor compreendidos e investigados para fazer frente às mudanças que se impõem.

A educação a distância via Internet modifica substancialmente o papel do professor que agora assume posição diferenciada daquela conhecida historicamente. Como elemento central no processo ensino/aprendizagem, portanto, precisa ter sua função, sua prática, seu papel questionado, compreendido, estudado (MACHADO & MACHADO, 2004).

O uso da tecnologia proporciona uma mudança no trabalho do professor e no sentido do “ser aluno”, fazendo com que estes adaptem esse novo recurso à educação onde a sala de aula é virtual, onde o aluno tem mais liberdade e necessita de mais motivação por não ter a presença diária do professor. Em nossa prática como tutor a distância observamos que o grande desafio da educação é ajudar a desenvolver durante anos, no aluno, a curiosidade, a motivação e o gosto por aprender. Compreendemos que as tecnologias podem propiciar a motivação e o interesse pela aprendizagem de muitos alunos, e podem vir a contribuir de inúmeras formas para a construção do conhecimento.

[...] do ponto de vista educacional é impraticável pensarmos que tudo que uma pessoa deve saber tenha que ser construído de maneira individual, sem ser auxiliada por outros. Do mesmo modo é impraticável pensarmos que uma comunidade é autossuficiente e consegue construir conhecimento continuamente sem ser auxiliada por especialistas. Nesse sentido, como afirma Piaget²² (1998), a construção de conhecimento pode ser aprimorada se auxiliada por professores preparados para ajudar os alunos. Ou como propõe Vygotsky²³ (1986), se é feita por intermédio de pessoas com mais experiência que podem auxiliar na formalização de conceitos que são convencionados historicamente. Sem a presença desses especialistas cabe ao aprendiz recriar essas convenções (VALENTE, 2013).

Na educação a distância é mais evidente a necessidade de um professor que estimule os alunos, que conseqüentemente motive e oriente os mesmos devido a pouca convivência que esses alunos têm para disfrutar entre si, havendo a necessidade de um educador que faça o papel do professor presencial. Muitas vezes, do tutor, são cobradas habilidades e competências que não são mencionadas quando da contratação de um professor para uma dada disciplina. Assim, o número de exigências para a contratação de um tutor, em muitos casos, é maior que o daquelas que se apresentam quando da contratação de um professor. Estando estes critérios elencados e pautados em ações subjetivas deste Tutor, pouco conversando com um perfil de formação previamente estruturado e estando pautado nas competências que este profissional deverá exercer. Por isso, Souza (2004, p.34) alerta sobre os indícios de que a EaD no Brasil

²² Piaget, J. (1998). Sobre pedagogia. São Paulo, Casa do Psicólogo.

²³ Vygotsky, L.S. (1986). Laptops and Literacy: Learning in the wireless Classroom. |New York, Teachers College Press.

estaria assumindo um modelo puramente capitalista, em que a precarização do trabalho docente virtual e a mercantilização da educação a distância seriam consequências deste processo.

Acrescenta-se a isto, o fato de que esta modalidade de ensino está estruturada, como tendo em seus pressupostos a autonomia didática dos alunos. No entanto, por trás dessa autonomia, encontra-se um mediador, um orientador, alguém denominado “tutor”, esse educador que sugere novos caminhos, fomenta pensamentos e faz, de forma gradativa, a interação entre os conteúdos e as práticas, induzindo o aluno a criar e/ou repensar conceitos que, sem dúvida, são comparados aos do ensino presencial realizado pelo professor. Em estudos sobre evasão de alunos na modalidade à distância, um dos fatores pode recair na ausência de tutores, pois estaria o aluno desmotivado e sozinho, não encontrando em si mesmo o motivo para seguir em frente na conclusão do curso.

Então, sem perder o foco na educação, em qualquer que seja o ambiente de aprendizagem isso implica diretamente no ato de dialogar. Freire nos exorta a reconhecer no aluno um indivíduo capaz, pensante e que traz conhecimentos que podem agregar informação e aprendizagem a turma. Ao tutor cabe buscar no aluno pontos de convergência, e empatia a fim de diminuir as distâncias e promovendo assim a produção do saber.

Ao tutor é dado uma infinidade de nomes, tais como: tutor virtual, tutor eletrônico, tutor presencial, professor tutor, tutor de sala de aula, orientador acadêmico, agente de aprendizagem, monitor de aprendizagem, animador e por ai vai... Aqui neste trabalho, doravante, assumiremos o nome de professor tutor. Isso por assumirmos o entendimento que este profissional exerce a função e tem a competência característica da docência.

A definição que se dispõe desse profissional, difundida nos Referenciais de Qualidade para Educação Superior a Distância (2007), ilustra a figura do professor tutor como:

[...] sujeito que participa ativamente da prática pedagógica. Suas atividades desenvolvidas a distância e/ou presencialmente devem contribuir para o desenvolvimento dos processos de ensino e de aprendizagem e para o acompanhamento e avaliação do projeto pedagógico (BRASIL & SEED, 2007, p.21).

Para entender essa discussão, buscamos formas de identificar esse educador e incorporamos do discurso destes autores abaixo o que chamamos de professor tutor:

Podemos definir tutor como o “guia, protetor ou defensor de alguém em qualquer aspecto”, enquanto o docente é alguém que “ensina” docens, entis. Docere 'ensinar' qualquer coisa” (Litwin²⁴, 2001, p. 93). A palavra docente procede da palavra “docere”, que significa “aquele que ensina ou professa um saber” (Alves²⁵, 2003 apud MACHADO & MACHADO, 2004).

O professor tutor é o mediador do processo de construção do conhecimento, sendo responsável por criar mecanismos que propiciem a aprendizagem. O desafio deste profissional estaria em entender o que significa construir conhecimento; saber identificar os potenciais de cada aluno; ter domínio de sua área de conhecimento; sabendo interagir com o aluno e entendendo como as TIC podem ser úteis na construção deste saber. Sendo importante salientar que o perfil exigido para ser tutor e as cobranças de avaliação, no que tange a qualidade citada pelo MEC, são os mesmos para o setor privado quanto para os modelos ligados a UAB.

No modelo EaD a figura deste profissional tem destaque, segundo os Referenciais de Qualidade, o tutor tem que participar ativamente da prática pedagógica, e vir a contribuir para o processo de ensino e aprendizagem dos cursos em que está atuante.

Então, no momento em que o professor tutor se dispõe a trabalhar nesta modalidade de ensino, acompanhando e orientando alunos em sua trajetória de formação, neste processo de ensino aprendizagem, vários questionamentos surgem referentes ao papel em que desempenha, as funções, as tarefas e as inúmeras responsabilidades que assume frente ao seu alunado. Sendo este um disparador que nos colocou a inquietância para levantar, refletir e discutir sobre a formação deste indivíduo.

No sistema UAB CAPES, para ser professor tutor requer aos interessados que estejam conscientes que serão **bolsistas (tutores)**, e que devem atender aos requisitos na Lei nº 11.273/2006. Esta lei trata sobre autorização a concessão de bolsas de estudo e de pesquisa aos participantes de programas de formação inicial e continuada de professores para a educação básica. Deixando a cargo de cada instituição parceira que elenquem os critérios para o perfil que considera necessário para a função de tutor. O que vem instituir e legitimar a precarização da função de tutor nesta modalidade de ensino, sendo a incursão deste profissional através de projetos, sem vínculos com as instituições as quais representa.

²⁴ LITWIN, Edith (org.). Educação a Distância: Temas para Debate de uma Nova.

²⁵ ALVES, Lynn; NOVA, Cristiane. Educação a Distância: Uma Nova Concepção de Aprendizagem e Interatividade. São Paulo, Futura, 2003.

Em contraponto Freire (2015) ao refletir sobre a prática docente, traz para o debate a necessidade de discutir sobre os saberes demandados pela prática docente em si mesma, qualquer que seja a opção política do educador(a). Refletir sobre a formação docente e a prática educativa crítica.

A reflexão crítica sobre a prática se torna uma exigência da relação teoria/prática sem a qual a teoria pode ir virando blá-blá-blá e a prática ativismo. (...) é alinhar e discutir alguns saberes fundamentais à prática educativo crítica ou progressista e que, por isso mesmo, devem ser considerados obrigatórias à organização programática da formação discente. (Freire, 2015, p. 24).

Cada professor tutor, na sua modalidade, presencial ou a distância, assume responsabilidades e papéis que superam as funções especificadas no momento de sua contratação. Vários autores fazem coro ao que está dito nos documentos como os da UNESCO, que a função de professor tutor é importante e determinante nos cursos a distancia, no entanto surge a necessidade de compreender melhor sobre esse profissional qual a formação definida para atuar nesta profissão e sua efetiva incersão dentro desta modalidade de ensino.

Este estudo parte de alguns questionamentos²⁶, e considera o discursso de Belloni (2006) de que:

O modelo de EaD tem sido identificado com os modelos fordistas de produção industrial por apresentar como principais características: racionalização, divisão acentuada do trabalho, alto controle dos processos de trabalho, produção de massa dos pacotes educacionais, concentração e centralização da produção, burocratização (BELLONI, p.11).

A experiência com EAD, independente da concepção de educação adotada e das ferramentas didáticas utilizadas (televisão, rádio, internet, material impresso), tem demonstrado que o sistema tutorial é cada vez mais indispensável ao desenvolvimento de aulas à distância. Nesse processo, cabe ao professor tutor acompanhar as atividades discentes, motivar a aprendizagem, orientar e proporcionar ao aluno condições de uma aprendizagem autônoma. No sentido de que ensinar não é transferir conhecimentos, conteúdos, nem formatar sujeitos. Paulo Freire (2015) é categórico em sua Pedagogia da Autonomia em afirmar que “Não há docência sem discência, as duas se explicam e seus sujeitos, apesar das

²⁶Por que Tutor e não professor? O que se espera num processo de formação de professor-tutor? Essa divisão de perfil profissional implica no impacto financeiro de investimento? Desqualifica o profissional, mesmo quando lhe é cobrado uma postura de referenciar turmas? O que diferem? O que deverá ser moldado no perfil do professor para que se torne um tutor ou vice-versa? Características que se espera de um tutor?

diferenças que os conotam, não se reduzem à condição de objeto um do outro” (p.25). Na prática do exercício de tutoria inúmeras vezes o tutor é levado a interagir com sua turma de forma a provoca-los sobre determinados assuntos que precisam ser aprofundados e para tanto faz uso das ferramentas disponíveis do ambiente virtual das plataformas em que estão inseridos, seja de forma de CHAT ou de fórum. Convocando a turma a um posicionamento e confronto de percepções, visto que todos os envolvidos podem participar, o tutor tem como objetivo avaliar a turma e incentivar aos alunos um momento de novos aprendizados.

Outro aspecto que não recairiam apenas sobre o professor, mas também envolvendo o alunado, refere-se a “proletarização, desqualificação, divisão do trabalho, democratização do espaço de trabalhos (...)” (p.17). Souza (2016) ao citar Mill destaca que a EaD tem se beneficiado da criação da UAB, visto que passa a receber incentivos governamentais, devido ao caráter de interesse público, e pelo fato de conferir a oferta dos cursos um respaldo maior estando vinculado a reputação que as IES públicas emprestam ao EaD. Porém, destaca ainda que muitas instituições tem ofertado cursos por incentivo políticos e financeiros e não por convicção pedagógica. Chamando a atenção em sua fala de que a EaD no Brasil seria um modelo puramente capitalista, propiciando a precarização do trabalho docente virtual e a mercantilização da educação a distância.

Semeraro (2015) ao analisar em seu texto “A concepção de trabalho em Gramsci: constituição ontológica e princípio educativo” faz uma denúncia de que estes aspectos implicariam em um novo tipo de trabalho e conseqüentemente, em uma nova humanidade a fim de adequar-se as novas regras de condutas.

[...] a hegemonia das classes dominantes não nasce tanto da fábrica, mas do trabalho desestruturado e desqualificado, do sistema de relações ocasionais e voláteis, em conformidade com a flexibilização da produção, com as variações do mercado e os caprichos do capital financeiro (SEMERARO, p.29).

No contexto atual, vivenciamos um cenário de mercantilização da educação, da globalização/internacionalização da educação e do próprio capital, estando tudo interligado ao capitalismo (Souza, 2004 p.34). Onde mudanças econômicas mundiais determinam a criação de políticas públicas no Brasil e dão início ao processo de mercantilização da educação. De forma que estejam mais bem asseguradas “fora da fábrica”, através de como a classe dominante, faz uso de forças para desarticular o sindicalismo e setores de resistência, e ao mesmo tempo, conseguindo conquistar a empatia dos próprios operários, premiando com

salários diferenciados, e disseminando benefícios que desfocavam os conflitos de interesses, “transformando a sociedade na ‘Grande família industrial’” (SEMERARO, 2015).

Ao problematizar essa situação, Milton Santos (2001), afirma que na história da humanidade seria esta a primeira vez que a técnica da informação²⁷ envolve o planeta como um todo e fazendo sentir sua presença instantaneamente. A técnica da informação alcançaria a totalidade de cada país, direta ou indiretamente. Sendo compartilhada, assimilada e difundida quase instantaneamente. Onde cada lugar tem acesso ao acontecer dos outros. Sem que isso ocasione maiores implicações sobre os efeitos destas ações, estando conduzidas de forma a terem uma ação “naturalizada”, pois esta seria sua vocação.

É a partir da unicidade das técnicas, da qual o computador é uma peça central, que surge a possibilidade de existir uma finança universal, principal responsável pela imposição a todo o globo de uma mais-valia mundial. Sem ela, seria também impossível a atual unicidade do tempo, o acontecer local sendo percebido como um elo do acontecer mundial. Por outro lado, sem a mais-valia globalizada e sem essa unicidade do tempo, a unicidade da técnica não teria eficácia (SANTOS, 2001, p. 13).

Essa discussão ganha relevância à medida que a informatização vem provocando mudanças profundas nas relações de trabalho e de produção e, ao mesmo tempo, influenciando nos valores educacionais estabelecidos há vários séculos. Implicando diretamente na forma como professores estão/serão formados, de maneira que estejam conscientes em adquirir competências através da qualificação permanente a fim de cumprirem o novo papel frente às inovações tecnológicas que incorporem no exercício de sua profissão.

Importante identificarmos o alinhamento direcionador que está se colocando frente a estas questões, e mais uma vez ressaltamos o papel do Banco Mundial (BM) no campo internacional da educação (Pronko, 2014), e da UNESCO organizando ao posicionar-se através do documento ‘*Enfoques estratégicos sobre las TIC em educación em América Latina y el Caribe*’, no item 7, traçando linhas de ações a serem implementadas nos países da latino américa e do Caribe, destacamos as ações referentes a:

(...) 1- Fortalecer el desarrollo de nuevas prácticas educativas, alineadas con los intereses y características de cada estudiante y las demandas de la sociedad del conocimiento. (...) 3- Considerar a las tecnologías como un instrumento fundamental, imprescindible y privilegiado para el desarrollo de nuevas prácticas educativas y nuevas de medición. (UNESCO, 2014)

²⁷ Referindo-se a globalização no contexto atual, e as TIC.

Através de documentos direcionados a países da América Latina e do Caribe especificamente, a UNESCO se posiciona e orienta um conjunto de reformas econômicas e políticas a estes países. Devido ao seu “status” de renome internacional, propõe ações por meio de formulação de políticas educacionais, ainda dentro de quadros de rigor financeiro e reformas estruturais da economia, que são prontamente incorporados pelos governos locais.

Com essa perspectiva Malachen (2008) ressalta que a cooperação internacional, promovida com o suposto interesse de ajudar aos países em desenvolvimento, torna-se um meio de circulação de mercadorias, principalmente de produtos tecnológicos e consequentemente de ampliação de fluxo de capital dos países desenvolvidos, que são os principais produtores destas mercadorias.

Nessa acepção, a UNESCO recomenda o desenvolvimento de programas que levem os professores a se familiarizarem com os últimos avanços das TIC e a introduzirem meios tecnológicos na escola, tendo em vista que, em sua concepção, a qualidade da formação pedagógica e do ensino depende amplamente, da qualidade dos meios de ensino e em especial dos manuais de ensino. Nestes documentos, apesar de dar ênfase ao papel do professor nos processos formativos, as orientações desta entidade fundam-se no ideário de que o estrutural são os meios e, como tal, a formação deve estar centrada no que chamamos de ‘aprender a aprender’²⁸, tendo em vista que a formação inicial passe por adequações e possam se tornar rapidamente obsoletas.

E para consolidar essa política promove a formação dos futuros educadores nos moldes da EaD, pois através desta modalidade de ensino, almeja que os profissionais estejam capacitados a exercerem suas atividades laborais.

A responsabilidade conferida ao professor nestes documentos, em especial no Relatório Delors²⁹, é de ser o profissional responsável pelas mudanças almejadas para o próximo milênio e que deve ter competências pedagógicas adequadas para trabalhar com o ideário do futuro. Defende que os professores tenham uma formação superior para todos os níveis de inserção, mas que não precisa ocorrer na universidade, propondo que a formação inicial possa ocorrer com vínculo entre universidades e os institutos de formação.

²⁸ Conceito de aprender a aprender remete a ação de adaptabilidade. É a capacidade de adquirir continuamente novos conhecimentos. Fonte: http://www.aedb.br/seget/arquivos/artigos05/354_artigo.pdf

²⁹ Delors, Jaques. Educação, um tesouro a descobrir. Relatório para a UNESCO da comissão Internacional sobre Educação para o século XXI. São Paulo: Cortez/Brasília: MEC/UNESCO 1998.

Para Belloni (2006) umas das questões centrais na análise da EaD refere-se ao papel do professor nesta modalidade de educação. O contexto em que estão inseridas frente às inovações tecnológicas, as novas demandas sociais e a própria centralidade na autonomia do aluno em aprender, trariam essa discussão à tona.

Na EaD, o processo de ensino estaria baseado na divisão do trabalho e desconectado da figura do professor. Já na modalidade presencial esta figura é considerada estruturante, tendo o professor à função de guiar os estudantes. O uso intensivo das TIC, para esta autora, tornaria o ensino mais complexo e exigindo uma segmentação do ato de ensinar em diversas tarefas.

É fato que para estruturar e propor ofertas de Ensino na modalidade a distância requer uma gama de conhecimentos específicos, das diversas fontes de saberes, e o uso correto das tecnologias adequando-os ao conteúdo que se quer ofertar. Sendo essa realização produto do trabalho de uma gama de profissionais, além do conhecimento específico do professor especialista que seria o responsável por propor a ementa do que será abordado.

Considerando esta divisão de trabalho docente na EaD, nos deparamos com alguns questionamentos que norteiam nossa incursão sobre este campo do saber, trazendo para esta discussão a atuação do professor tutor. Quais seriam os critérios para reconhecimento como docente? O que habilita os profissionais a atuarem como docente? Existe a necessidade de serem criadas as especializações dentro da profissão de professor?

Estas questões se colocam no momento em que está sendo proposta e discutida a regulamentação da profissão de Tutor na modalidade de Ensino a Distância, através do projeto de lei 2435 de 2011 (Anexo I), que está em tramitação (Anexo II) e aguardando parecer do relator na Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público (CTASP).

De maneira geral, os conhecimentos necessários ao tutor não são diferentes dos que precisa ter um bom docente. Este necessita entender a estrutura do assunto que ensina os princípios da sua organização conceitual e os princípios das novas ideias produtoras de conhecimento na área. Sua formação teórica sobre o âmbito pedagógico-didático deverá ser atualizada com a formação na prática dos espaços tutoriais (MACHADO & MACHADO, 2004).

Para estas autoras, a diferença entre o docente e o tutor é institucional, o que leva a consequências pedagógicas importantes.

Embora no discurso seja reconhecida uma função importante e determinante nos cursos à distância, o professor tutor ainda é um profissional que carece de ter um perfil

profissional que lhe confira uma formação definida e um espaço determinado nesta modalidade de ensino.

Hackmayer & Bohadana (2014), em seu trabalho, que teve o Tutor como objetos de pesquisa observaram que estes são unânimes em considerarem sua atuação como docente, embora não sejam reconhecidos e nem remunerados como tal nas instituições em que atuam.

Tabela 1 – Paralelo entre as Funções do Professor e do Tutor.

EDUCAÇÃO PRESENCIAL	EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA
Conduzida pelo Professor	Acompanhada pelo tutor.
Predomínio de exposições o tempo inteiro	Atendimento ao aluno, em consultas individualizadas ou em grupo, em situações em que o tutor mais ouve do que fala.
Processo centrado no professor	Processo centrado no aluno
Processo como fonte central de informação.	Diversificadas fontes de informações (material impresso e multimeios)
Convivência, em um mesmo ambiente físico, de professores e alunos, o tempo inteiro.	Interatividade entre aluno e tutor, sob outras formas, não descartada a ocasião para os “momentos presenciais”.
Ritmo de processo ditado pelo professor	Ritmo determinado pelo aluno dentro de seus próprios parâmetros
Contato face a face entre professor e aluno	Múltiplas formas de contato, incluída a ocasional face a face.
Elaboração, controle e correção das avaliações pelo professor.	Avaliação de acordo com parâmetros definidos, em comum acordo, pelo tutor e pelo aluno.
Atendimento, pelo professor, nos rígidos horários de orientação e sala de aula.	Atendimento pelo tutor, com flexíveis horários, lugares distintos e meios diversos.

Fonte: Sá³⁰ (apud, Machado & Machado, 2004).

O quadro acima reforça a percepção das atribuições dos profissionais Professor e Tutor, confrontando quanto às funções que desempenham frente à modalidade de ensino em que estão inseridos. E reforçam os achados no estudo de Hackmayer de não haver diferenças

³⁰ Sá, I. Educação a Distância: processo contínuo de inclusão social. Fortaleza: CEC, 1998, p. 47.

significativas nas funções que justifique a segmentação da docência frente a modalidade em que estão atuando, presencial ou a distância.

Demo e Souza são taxativos em afirmar que a ideia de que as multimídias não transformam o trabalho docente, elas apenas expressam com grande impacto os novos cenários da sociedade contemporânea e permitem um armazenamento enorme de informação, por meio de novas linguagens (SOUZA et al., 2004; DEMO, 2011).

É necessário rever as dimensões: educativa, tecnológica e comunicativa, em relação ao papel e ao protagonismo que assumem os professores implicados na organização do trabalho pedagógico (RODRIGUEZ, 1997).

Em nossa percepção o uso da tecnologia proporciona sim uma mudança no trabalho do professor e no sentido do “ser aluno”, fazendo com que estes adaptem esse novo recurso à educação onde a sala de aula é virtual, onde o aluno tem mais liberdade e necessita de mais motivação por não ter a presença física diária do professor. O professor tutor na EaD entra nesse cenário como o mediador dos processos de ensino e de aprendizagem e também assume outras funções (multitarefa).

O professor tutor, segundo Andrade:

Deve ser visto como um professor à distância, com um papel similar ao professor do ensino presencial, sendo ele responsável por promover a interatividade, pela troca de experiência entre os alunos e por reforçar a comunicação do grupo (ANDRADE, 2009, p.4).

Ainda para este autor, o papel do professor tutor vai além do processo de mediação de aprendizagem atingindo também questões emocionais e motivacionais. Muitas vezes é de responsabilidade do professor tutor criar um ambiente acolhedor ao aluno através do uso das tecnologias minimizando distâncias, dando segurança ao aluno para que se envolva ao máximo no processo de busca do conhecimento.

No quadro abaixo, são elencadas atribuições da profissão de tutor defendidas através do Projeto de lei nº 6435 de 2011, que propõe a criação da profissão de tutor. Através do exposto no quadro, podemos inferir que não são postas condições significativas que justifiquem a criação desta nova profissão. Visto que seria mais factível assumir a postura de que o Tutor é o Docente responsável por conduzir a turma a ele vinculada durante o trajeto de formação a que estão inseridos.

Art. 6º São atribuições do Tutor em Educação a Distância:

- I - coordenar, elaborar, executar, supervisionar e avaliar estudos, pesquisas, planos, programas e projetos na área de tutoria;
- II - planejar, organizar e administrar programas e projetos em instituições e unidades de ensino;
- III - assessoria e consultoria e órgãos da Administração Pública direta e indireta, empresas privadas e outras entidades, em matéria de tutoria;
- IV - realizar vistorias, perícias técnicas, laudos periciais, informações e pareceres sobre a matéria tutoria;
- V - assumir, tanto nos cursos livres, nível médio, de graduação como pós-graduação, disciplinas e funções que exijam conhecimentos próprios da tutoria;
- VI - treinamento, avaliação e supervisão direta de estagiários em tutoria;
- VII - dirigir e coordenar unidades de ensino e cursos de tutoria, em nível de formação e pós-graduação;
- VIII - dirigir e coordenar associações, núcleos, centros de estudo e de pesquisa em tutoria;
- IX - elaborar provas, presidir e compor bancas de exames e comissões julgadoras de concursos ou outras formas de seleção para tutores, ou onde sejam aferidos conhecimentos inerentes a tutoria;
- X - coordenar seminários, encontros, congressos e eventos assemelhados sobre assuntos de tutoria;
- XI - fiscalizar o exercício da atividade através dos Conselhos Federal e Regionais;
- XII - dirigir e prestar serviços técnicos de tutoria em entidades públicas ou privadas.

Quadro 5 – Projeto de Lei Nº 6435 de 2011, que propõe a criação da profissão Tutor, descreve em seu artigo 6º, quais seriam as atribuições deste profissional.

Fonte: Projeto de Lei Nº 2435, de 2011. Dispõe sobre a regulamentação do exercício da atividade de Tutoria em Educação a Distância.

Por outro lado, a SEED/ MEC apresentou no ano de 2007 um documento com a definição de Referenciais de Qualidade para a modalidade de educação superior à distância no País. Embora seja um documento que não tem força de lei, ele é um referencial norteador para subsidiar atos legais do poder público no que se referem aos processos específicos de regulação, supervisão e avaliação da modalidade de ensino a distância.

As orientações contidas neste documento devem ter função indutora, não só em termos da própria concepção teórico-metodológica da educação à distância, mas também da organização de sistemas de EaD no Brasil.

Este documento ressalta que considera como sendo imprescindível, em qualquer circunstância, que o tutor tenha o domínio do conteúdo, tanto para o tutor presencial quanto para o tutor à distância e isso permanece como condição essencial para o exercício das funções. Esta condição fundamental deve estar aliada à necessidade de dinamismo, visão crítica e global, capacidade para estimular a busca de conhecimento e habilidade com as novas TIC. Em função disto, orienta como sendo indispensável que as instituições desenvolvam planos de capacitação de seu corpo de tutores. Através de programas de capacitação onde propõe foco em três dimensões: Capacitação no domínio específico do conteúdo; Capacitação em mídias de comunicação; e Capacitação em fundamentos de EaD e no modelo de tutoria.

O professor tutor neste contexto desempenha uma tarefa importantíssima porque como comenta Leal (2007, p. 02-03) nessa perspectiva de construção de saberes que se articulam no espaço virtual, ele poderia ser aquele que instiga a participação do aluno evitando a desistência, o desalento, o desencanto pelo saber.

[...] o apoio tutorial se realiza na intercomunicação entre três funções básicas: motivação, orientação e avaliação. (...) para exercer essas funções, Garcia Aretio (2001) registra que o tutor deve esforçar-se para proporcionar ao estudante a distância o estímulo e orientação individual; deve facilitar as situações de ensino e aprendizagem para ele; deve ajudá-lo a resolver as dificuldades e, principalmente a conhecer-se melhor como aprendiz, ou seja, a compreender como lê aprende, o que lhe permitirá tornar-se sujeito de seu próprio processo de formação. Neste sentido, o estudante, a partir da mediação exercida pelo tutor, passaria gradativamente da heteronímia para a autonomia intelectual (GONÇALVES, 2007).

Se o trabalho do professor tutor apresenta como característica básica a separação física e, principalmente, temporal entre os processos de ensino e aprendizagem, isto significa não somente uma qualidade específica dessa modalidade, mas, essencialmente, um desafio a ser vencido. É a possibilidade de promover, de forma combinada, com o avanço na utilização de processos industrializados (apostilados) e cooperativos na produção de materiais com a conquista de novos espaços de socialização do processo educativo.

Com o advento das TIC e sua inserção no ambiente da educação, podemos inferir que ocorreu uma ação transformadora do trabalho do professor tutor, porém este também promoveu mudanças nas tecnologias de informação e comunicação. Estando elas postas de forma a servirem ao trabalho deste profissional, à medida que expandem e transformam as situações do cotidiano, possibilitando formas novas de executarem antigas ações, exigindo novos aprendizados, reformulando conceitos e fomentando novas formas de relações.

Através da revisão bibliográfica e dos estudos sobre os processos que ocorrem no interior das práticas pedagógicas virtuais, é que foi possível inferir que muitos docentes tutores ou até mesmo os docentes conteudistas, não tiveram na sua formação experiências na modalidade de EaD. No entanto, observamos que é na tensão entre as dificuldades e as competências dos tutores que acontece o surgimento do novo fazer pedagógico necessário à educação a distância. E que a didática docente que se faz necessária a prática do professor tutor não se resume ao uso das TIC, muito embora seja o instrumental que permite alcançar o objetivo de ensino proposto, na fala de diversos tutores o que de fato conta é ter:

- ✓ Domínio do conteúdo a ser ministrado.

- ✓ Visão sociointeracionista da educação (que se aprende ao ensinar reconhecendo a cultura, o lugar e os saberes do outro no processo de aprendizagem).
- ✓ Fazer uso de práticas e recursos pedagógicos flexíveis (abrindo oportunidade de experienciar outras mídias e ações educativas).
- ✓ Perfil pesquisador (ter espírito investigativo).
- ✓ Comprometimento, responsabilidade e confiança (relação baseada em acordos e contratos).

Essas são algumas características mencionadas como importante na didática do professor tutor.

Nesse contexto, o projeto de lei que propõe a criação da profissão de tutor fica esvaziado, aja visto que, na prática a profissão exercida é a de professor, apenas sendo executada em um ambiente diferente do que se habituou a acontecer. A prática docente dentro do EaD deve ser encorajada e assumir essa postura é pautar pela valorização profissional Docente.

O professor tutor deve se empoderar de sua atuação docente e fazer jus a ela, fazendo ecoar e assumir o discurso de co-protagonista deste processo de aprendizagem em que está inserido.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

É bem verdade que essa modalidade de ensino ressignifica à profissão de professor, abrindo espaço para atuação como TUTOR. Ainda que tenhamos, por questões financeiras, diferenciação nos papéis referente a atuação do professor conteudista e do professor tutor, o primeiro como organizador da disciplina e o segundo como executor das ações pensadas pelo outro, o que de fato vem ocorrendo em grande parte dos cursos a distância é uma divisão de trabalho, em que, de acordo com a concepção de educação, o professor poderá estabelecer parceria entre suas ações e as do professor tutor.

Existindo essas parcerias, o professor tutor torna-se corresponsável por todo o processo, contribuindo em todas as instâncias (gestão, autoria etc.), do contrário, ele seria um mero reprodutor, esvaziado de sua ação profissional, influenciando diretamente no esvaziamento de sua formação/capacitação. A partir desta nova conceptualização da profissão torna-se necessário refletir sobre a formação deste profissional. Através da experiência acumulada e confrontando com outros autores que se debruçaram em compreender as funções dos tutores, afirmamos que ao buscar as perspectivas pedagógicas mais atuais, alimentadas por pesquisas no campo da didática, a função desempenhada dos tutores iguala-se ao docente, sendo o professor tutor também responsável em criar propostas de atividades para a reflexão, apoiando sua resolução, sugerindo fonte de informação alternativa, oferecendo explicações, favorecendo os processos de compreensão, isto é, guiando, orientando, apoiando, configurando, assim, o seu papel ao ensinar. Desse modo, não vemos diferença entre as tarefas do tutor e do docente.

Vivemos em um estágio social em constante mudança, cabendo aos profissionais, no ato de suas práticas laborativas, estarem em constante transformação e adaptação, frente às novas tecnologias que se apresentam. Esse processo constante de aprendizagem/aperfeiçoamento tem influência direta na EaD e em todos aqueles que estão envolvidos em sua oferta, em especial na figura do professor tutor.

O papel inicial que se referendava como função do professor tutor precisa ser revisto, pois que não corresponde com a necessidade de adaptabilidade e evolução em que a EaD vem se desenvolvendo. O que se nota na descrição dessas atividades dos professores/tutores é que se destacam características totalmente voltadas para as questões docentes, portanto vale refletir se não é exatamente isso que o tutor deve ser: um docente com as mesmas formas de contratação, a mesma forma de pagamento, os mesmos direitos e os mesmos deveres.

Ao ser fomentada por um discurso de ‘sociedade do conhecimento’, ‘mundo globalizado’ e ter em sua concepção a ‘inclusão digital’, sendo inseminado através de ideias de adaptabilidade, a EaD se coloca como um aliado a este projeto de mundo proposto. No entanto, como ressalta Maria da Conceição Tavares³¹ (apud Santos, 2001, p.9): “Este mundo globalizado, visto como fábula erige como verdade certo número de fantasias, cuja repetição, entretanto, acaba por se tornar uma base aparentemente sólida de sua interpretação”.

A EaD tem no discurso da importância da autonomia do aluno, uma cumplicidade que resvala na desqualificação do docente. Os documentos dos Organismos Internacionais analisados que seguem como promotores e condutores desta modalidade de ensino, ao mesmo passo que ludibriam a figura do professor tutor como imprescindível, logo na sequência elencam inúmeras condições que desqualificam estes como docentes, e que por isso seria necessário para esta modalidade de ensino alcançar o êxito almejado, que seja centrada nas TIC.

O conceito de autonomia está relacionado a qualidade de ter independência, de ter liberdade para tomar decisões, de ter responsabilidade sobre seus próprios atos. E esta característica seria ressaltada como uma qualidade inerente ao aluno nesta modalidade de ensino. O que de certa forma traz a inquietude, quando refletimos que esta modalidade de ensino está legalmente amparada sua oferta em todos os níveis de educação no Brasil. Do ensino fundamental, médio e superior, passando pelo técnico. E com as novas regulamentações do setor, observamos que era a garantia que investidores do ramo da educação aguardavam para oferecer esses recursos.

Em consonância a isto, temos o novo acordo mundial do qual somos signatários, a Declaração de Incheon, que tem como fomento ser a “Educação 2030: rumo a uma educação de qualidade inclusiva e equitativa e à educação ao longo da vida para todos”. Que elenca ações a serem implementadas por todos os países para alcançarem as metas estipuladas, e em seu item dezoito, afirma desenvolver sistemas de monitoramento e avaliação nacionais “**abrangentes para produzir evidências sólidas que orientem a formação de políticas e a gestão dos sistemas de educação**, e também assegurem a prestação de contas.” (p.10, **grifo próprio**).

A discussão da formação e capacitação do professor-tutor para atuar em EaD permite considerar que não é a existência das TIC que promoverá novas formas de ensino, mas o uso

³¹ Maria da Conceição Tavares, *Destrução não criadora*, 1999.

adequado e estratégico que pode vir a ser um facilitador deste processo. O manejo e uso destes recursos continuarão a depender do professor e este, precisará constantemente rever suas concepções e ideais, para atuar com uma nova realidade para a Educação.

Então a pauta de fundo desta discussão passa pela valorização docente, na luta pela melhoria das condições de trabalho docente e sua remuneração. A própria situação salarial dos docentes coloca a profissão e os seus profissionais em verdadeira crise, que abrange sua identidade e sua sobrevivência. Infelizmente, como reflete Cunha (2009):

A posição desvalorizada do magistério no conjunto das profissões, não constitui fenômeno específico do Brasil. Lamentavelmente, os modelos capitalistas de desenvolvimento não privilegiam, via de regra, algumas das essencialidades humanas, entre elas, a da função social do educador. E, quando o fazem, tem primazia a ótica econômica em detrimento de valores e aspirações que também deveriam ser levados em conta. Assim, pode-se afirmar que existe uma crise mundial da profissão docente (p.148).

Desse modo, não é possível acomodar-se a essa situação que, em última instância, pode prejudicar a própria construção das condições de cidadania tão necessárias a uma vida democrática. No entanto, como afirma o professor Lobo Neto, Educação a distância é Educação. O futuro desta modalidade de ensino é promissor. Nesse sentido, é que tomamos das palavras do professor Lobo como as nossas:

A educação a distância, só tem sentido quando se apresenta como realização concreta de sua sempre anunciada potencialidade de ampliar o acesso à educação, colocando-se como uma alternativa de democratização da educação e do conhecimento. Uma característica, portanto, desafiadora de quaisquer limitações à sua utilização (LOBO NETO, 2002, p.109).

Correm-se sérios riscos enquanto a educação for tratada apenas como um mercado lucrativo, e a proposta forem fazer mais por menos. Estaremos fadados ao fracasso de sua essência. Enquanto em projetos de oferta de EaD não houver espaços propícios ao reconhecimento real de seus profissionais componentes, estaremos repetindo os mesmos erros vivenciados na modalidade presencial, de desvalorização docente, porém agora com maior alcance de dano a essa profissão.

REFERÊNCIAS

- ABDALA, D. A. **O futuro da educação a distância**. 2003. Disponível em: <<http://www.universidatte.com.br/artigos.asp>>. Acesso em 10 nov, 2016.
- ANDRADE, E. M. de. **As práticas pedagógicas do tutor na educação a distância**. Anais do IX Seminário Pedagogia em Debate e IV Colóquio Nacional de Formação de Professores. Curitiba: Universidade Tuiuti do Paraná, (7) 2009.
- ALMEIDA, M.E.B. **Tecnologia e Educação a Distância**: abordagens e contribuições dos ambientes digitais e interativos de aprendizagem. Disponível em: <<http://www.imed.edu.br/files/contents/9.PDF>>. Acesso em: 10 nov. 2016.
- _____. Tecnologia na Escola: criação de redes de conhecimentos. In: ALMEIDA, M.E.B.; MORAN, J.M. (org.). **Integração das Tecnologias na Educação**: salto para o futuro. Disponível em: <<http://www.tvbrasil.org.br/saltoparaofuturo/livros.asp>>. Acesso em: 10 nov. 2016.
- ARRUDA, E.P.; ARRUDA, D.E. **Educação à Distância no Brasil**: políticas públicas e democratização do acesso ao ensino superior. *Educação em Revista*, v. 31, n. 3, p. 321-338.
- ARETIO, L. G. **Formación a distancia para el nuevo milenio**. Cambios radicales o de procedimiento? *Virtual Educa*, 2001. Disponível em: <http://www.virtual-educa.net/html/princip6.htm>.
- BRASIL. **Decreto nº 2.494**, de 10 de fevereiro de 1998. Regulamenta o Art. 80 da LDB (Lei nº 9.394/96). Brasília: Presidência da República. Disponível em: <<http://www.mec.gov.br/seed/tvescola/ftp/leis/D2494.doc>>. Acesso em: 10 nov. 2016.
- _____. **Decreto 5.622**, de 19 de dezembro de 2005. Regulamenta o Art. 80 da LDB (Lei nº 9.394/96). Brasília. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2005/decreto/d5622.htm> Acesso em: 14/06/2017. Revogado pelo decreto presidencial n.9057, de 26 de Maio de 2017.
- _____. Diário Oficial da União. **Lei nº 8080/90**. Dispõe sobre as condições para promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o financiamento dos serviços correspondentes. Brasília (DF), 19 de setembro de 1990.
- _____. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. **Parecer nº CNE/CES 1.133/2001**. Diretrizes Curriculares Nacionais dos Cursos de Graduação em Enfermagem. Medicina e Nutrição. Brasília, DF, ago. 2001-a. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/2001/pces1133_01.pdf>=>. Acessado em: 10 nov. 2016.
- _____. Ministério da Educação. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**, nº 9394/96, de 20 de dezembro de 1996. Brasília: MEC, 1996.
- _____. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Superior do Ministério da Educação. **Criação do Grupo de Trabalho de Educação a Distância para Educação Superior (GTEADES)**. Portaria SESu nº 37 de 02 de setembro de 2004. Publicado no DOU em 09 de setembro de 2004.
- _____. Ministério da Educação. UAB: Universidade de Brasília. **Guia do Tutor UAB**: orientações didáticas pedagógicas. Brasília. DF. 2008.
- _____. Ministério da Saúde. Secretaria de Gestão do Trabalho e da Educação na Saúde. Departamento de Gestão da Educação na Saúde. **Curso de formação de facilitadores de**

educação permanente em práticas de: unidade de aprendizagem – análise do contexto de gestão e das práticas de saúde. Brasília (DF): Ministério da Saúde; 2005.

BALASSIANO, M; SEABRA, A.A.de; LEMOS, A H. **Escolaridade, salários e empregabilidade: tem razão a teoria do capital humano?** Rev. adm. contemp., Curitiba, v. 9, n. 4, p. 31-52, Dec. 2005 .

BARROS, D. M. V. **Educação a Distância e o Universo do Trabalho.** Bauru-SP: EUDSC, 2003.

BELLONI, M. L. **Ensaio sobre a educação a distância no Brasil.** Educação & sociedade, v. 23, n. 78, p. 117-142, 2002.

_____. **Educação a distância e inovação tecnológica.** Trabalho, Educação e Saúde, Rio de Janeiro, v. 3, n. 1, p. 187-198, 2005.

CECCIM, R.B. **Interface.** Comunic, Saúde, Educ, v.9, n.16, p.161-77, set.2004/fev.2005.

COSTA, C. D. M. C., & COSTA, B. S. **O CERTIFIC e a teoria do Capital Humano.** *Colóquio Nacional- A produção do conhecimento em Educação Profissional.* 2013.

COSTA, M.A.; SANTOS, N.B.; RODRIGUEZ, J.A.F.; BARBOSA, D.S.; SILVA, T.P.; SPILKER, M.J.; COSTA, S.M.M. **EaD e Saúde:** Aproximação entre as áreas a partir da experiência de um curso na Fundação Oswaldo Cruz. EaD em Foco. Revista Científica em Educação a Distância. Fundação CECIERJ, nº 2, Rio de Janeiro, novembro 2012.

COUTINHO, C.N.**O leitor de Gramsci Escritos escolhidos: 1916-1935.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011.

COUTINHO, C.N.; HENRIQUES, L.S.; NOGUEIRA, M.A. 4ª ed. Caderno 11. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

CUNHA, C. **Magistério:** diretrizes de valorização e impasses. Cadernos de Educação: Diretrizes para a Carreira e Remuneração. Brasília, v. 14, n. 21, p. 145-154, out. 2009.

DEMO, P. **Pesquisa e construção de conhecimento: metodologia científica no caminho de Habermas.** Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1994.

DEMO, P. **Formação Permanente e Tecnologias Educacionais.** Rio de Janeiro: Vozes, 2011.

DIAS, D. C; DE BORTOLI CASSIANI, S. H. **Educação de Enfermagem sem distâncias:** uma ruptura espaço/temporal. Revista da Escola de Enfermagem da USP, v. 38, n. 4, p. 467-474, 2004.

FRIGOTTO, G. Os delírios da razão: crise do capital e metamorfose conceitual no campo educacional. In: GENTILI, P. (org.). **A pedagogia da exclusão:** crítica ao neoliberalismo em educação. Petrópolis: Vozes, 2000, p. 77 - 108.

_____. Capital Humano. In: PEREIRA, I.B.; LIMA, J.C.F. (org.). **Dicionário da Educação Profissional em Saúde.** Rio de Janeiro: FIOCRUZ, 2009.

FREIRE, P. **Pedagogia da Autonomia:** saberes necessários à prática educativa. Rio de Janeiro: Paz & Terra. 2015.

_____. **Pedagogia da Tolerância:** organizações e notas de Ana Maria Araújo Freire. 2 ed. Rio de Janeiro: Paz & Terra. 2014.

_____. **Sobre educação: diálogos: Volume II/ Paulo Freire (e) Sérgio Guimarães.** - Rio de Janeiro. Paz & Terra, 1984.

GRAMSCI, A. **Cadernos do Cárcere: 1891-1937**, volume 1. Edição e tradução JÚNIOR, JRS. **Reformas do Estado e da educação e as políticas públicas para a formação de professores a distância: implicações políticas e teóricas.** Red Revista Brasileira de Educação, 2000.

GUAREZI, R.M.; MATOS, M. **Educação a distancia sem segredos.** Curitiba: IBPEX, 2009.

GARCIA, M.F; RABELO, D.F; SILVA, D; AMARAL, S.F. **Novas competências docentes frente às tecnologias digitais interativas.** Rev. Teoria e Prática da Educação, v. 14, n. 1, p. 79-87, jan./abr. 2011.

GONÇALVES, L. M. **Tutoria em EaD: com a palavra tutores e estudantes.** Artigo originalmente apresentado no 14 VIII ENCONTRO INTERNACIONAL VIRTUAL EDUCA BRASIL. São José dos Campos – SP, 2007.

HACK, J R.; **Introdução à educação a distância.** Florianópolis: LLV/CCE/UFSC, 2011. 126.

HACKMAYER, M.B. BOHADANA, E. **Professor ou Tutor: uma linha tênue na docência em EaD.** RIED v. 17:2, 2014, p 223-240.

HADDAD, S; GRACIANO, M. **Educação: direito universal ou mercado em expansão.** São Paulo Perspec., São Paulo , v. 18, n. 3, p. 67-77, Sept. 2004 . Disponível em < <http://www.scielo.br/pdf/spp/v18n3/24780.pdf> >. Acessado em 15 out. 2016.

HOLMBERG, B. **Educación a distancia: situación y perspectivas.** Buenos Aires: Editorial Kapeluz - 985. 1977.

KEEGAN, D. **Foundations of distance education.** 3 ed Londres Revisada. Routledge, 2013. Disponível em: <https://books.google.com.br/books/about/Foundations_of_Distance_Education.html?id=HuZkAgAAQBAJ&redir_esc=y>. Acessado em 10 nov. 2016.

KUENZER, A. Z. **As políticas de formação: a constituição da identidade do professor sobrando.** Educ. Soc., Campinas, v. 20, n. 68, p. 163-183, Dec. 1999. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-73301999000300009&lng=en&nrm=iso>. Acessado em 12 nov. 2016.

LÉVY, P. **Cibercultura.** São Paulo: ED. 34, 1999.

LEHER, R. **Da Ideologia do Desenvolvimento à ideologia da globalização: A Educação como Estratégia do Banco Mundial.** Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo, 1998.

LEAL, R.B. **A importância do Tutor no processo de aprendizagem a distância.** Revista Iberoamericana de Educação. Num.36/3. Disponível em: < <http://rieoei.org/deloslectores/947Barros.PDF> >. Acessado em 12 nov. 2016.

LITWIN, E. **Educação a Distância: temas para o debate de uma nova agenda educativa.** Porto Alegre: Artmed Editora, 2001.

LOBO NETO, F.P. **Educação a distancia: regulamentação e realização.** Boletim técnico do SENAC, n. 28, p. 44-45, mai-ago de 2002.

- LOWY, M. **As aventuras de Karl Marx contra o Barão de Munchhausen: marxismo e positivismo na sociologia do conhecimento.** Tradução: GUIMARÃES, J.; LÉWY, S.F. 7. ed. São Paulo: Cortez, 2000.
- MACHADO, L.D.; MACHADO, E. **O papel da tutoria em ambientes de EaD.** Ceará: Universidade Federal do Ceará, 2004.
- MALACHEN, J. **UNESCO: políticas e estratégias para formação docente a distância no Brasil.** Rev. HISTEDBR on line. P. 179 -199.
- MARX, K. O método da economia política. In: MARX, K. (org.). **Uma Contribuição para a Crítica da Economia Política.** São Paulo: Abril Cultural, 1988. p.14-19.
- MELO, L.R.M. **Portal Educacional:** uma ferramenta na prática do Ensino Superior. Disponível em: <<http://dmd2.webfactional.com/media/anais/portal-educacionaluma-ferramenta-na-pratica-do-ensino-superior.pdf>>. Acesso em: 10 nov. 2016.
- MESZAROS, I. **O DESAFIO E O FARDADO DO TEMPO HISTÓRICO:** o socialismo no século XXI. São Paulo: Boitempo, 2007.
- MONTEIRO, C.G. **Como utilizar as tecnologias na escola.** 2008. Disponível em: <http://www.eca.usp.br/prof/moran/utilizar.htm#_ftn12>. Acessado em 10 nov. 2016.
- _____, C.G. **Ensino e aprendizagem inovadores com tecnologias.** Informática na Educação: Teoria & Prática, Porto Alegre, v. 3, n. 1, 2000, p. 137- 144.
- _____, C.G. **O papel educativo dos meios de comunicação.** Disponível em: <http://www.ipv.pt/forumedia/3/3_fi3.htm>. Acessado em 10 nov. 2016.
- _____, C.G. **Os novos espaços de atuação do professor com as tecnologias.** Revista Diálogo Educacional, v. 4, n.12,. maio/ago. 2004, p.13-21. Disponível em: <<http://www2.pucpr.br/reol/index.php/DIALOGO?dd1=616&dd99=>>>. Acessado em 10 nov. 2016.
- _____, C.G. **Questionamentos legais para o avanço dos referenciais de qualidade em EaD.** Revista Digital da CVA - Ricesu, v. 5, n. 17, 2008.
- _____, C.G. **O Uso das Novas Tecnologias da Informação e da Comunicação na EAD: uma leitura crítica dos meios.** Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/seed/arquivos/pdf/T6%20TextoMoran.pdf>>. Acessado em 10 nov. 2016.
- MOORE, M.; KEARSLEY, G. **Educação a distância: uma visão integrada.** São Paulo, 2008.
- MORAN, J.M. **O que é educação a distância.** Rio de Janeiro: Editora SENAI, 2002.
- NETTO, J.P.; BRAZ, M. **Economia Política: uma introdução crítica.** 4.ed. – São Paulo: Cortez, 2008.
- NICOLA, R. **O Cibercidadão do mundo online: desafios e (re) descobertas.** Revista Textos de la CiberSociedad, 6. Temática Variada. 2005. Disponível em: <<http://www.cibersociedad.net/textos/articulo.php?art=48>>. Acessado em 10 out. 2016.
- OLIVEIRA, R. Algumas questões para pensar a Educação de Nível Técnico e a Qualificação Profissional. In: ZIBAS,D.M.; AGUIAR,M.; BUENO,M.S. (org.). **O Ensino médio e a reforma da educação básica.** Brasília: Plano Editora, 2002.
- OLIVEIRA, M.A.N. **Educação a Distância como estratégia para a educação permanente em saúde: possibilidades e desafios.** Rev. Bras. Enferm, v. 60, n. 5, 2007, p. 585-9.

- PEREIRA, I.B. Educação permanente. In: PEREIRA, I.B.; LIMA, J.C.F. (org.). **Dicionário da educação profissional em saúde**. 2.ed. ver. Ampl. Rio de Janeiro: EPSJV, 2008.
- PEREIRA, J.N.S. **Educação a distância no Brasil**. Educação Pública, 2005. Disponível em: <<http://www.educacaopublica.rj.gov.br/biblioteca/educacao/0096.html>>. Acessado em 10 nov. 2016.
- PETERS, O. **Didática do Ensino a distância**. UNISINOS: São Leopoldo. 2001.
- PRETI, O. **Educação a Distância e Globalização**: desafios e tendências. Rev. Bras. Est. Pedag. Brasília, v.79, 91, p. 19-30, Jan/abr, 1998.
- _____, O. **Educação a distância**: ressignificando práticas. Brasília: Liber Livro editora, 2005.
- PRONKO, M. O Banco Mundial no campo internacional da educação. In: PEREIRA, J.M.; PRONKO, M. (org.). **A demolição de direitos**: um exame das políticas do Banco Mundial para a educação e a saúde (1980-2013). Rio de Janeiro: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, 2014.
- RODRIGUES, C. M.; SCHIMIDT, C. M.; MARINHO, H. B. **Tutoria em Educação à Distância**. UEPG/NUTEAD. 2011.
- RODRIGUES, E. M. **La Investigación sobre educación a distancia el ámbito iberoamericano**: sus características, avances y retos. In Revista iberoamericana de Educación Superior a Distancia, vol.1, octubre, 1997.
- SANTOS, M. **Por uma outra globalização** – do pensamento único à consciência universal. Rio de Janeiro: Record, 2006.
- SAVIANI, D. **Trabalho e educação**: fundamentos ontológicos e históricos. Revista Brasileira de Educação, v. 12, n. 34, 2007, p. 152 - 165.
- SEMERARO, G. **A concepção de trabalho em Gramsci**: constituição ontológica e princípio educativo. Trabalho & Educação, v. 1, n. 1, 2015.
- SHIROMA, E. O. **O eufemismo da profissionalização**. In: MORAES, Maria Célia (Org.). Iluminismo às avessas: produção de conhecimento e políticas de formação docente. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.
- SILVA, E.L.; MENEZES, E.M. **Metodologia da pesquisa e elaboração de dissertação**. – 4. ed. rev. atual. Florianópolis: UFSC, 2005. 138p.
- SILVA REIS, J d; **Reformas do Estado e da educação e as políticas públicas para a formação de professores a distância**: implicações políticas e teóricas. *Revista Brasileira de Educação*, p.78-94. 2003. Disponível em: <<http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=27502407>>. Acessado em 10 nov. 2016.
- SILVA, Marco (2003). **Sala de Aula Interativa**: a educação presencial e a distância em sintonia com a era digital e com a cidadania. Disponível em: <<http://ww.senac.br/informativo/BTS/272/boltec272e.htm>>. Acessado em 10 nov. 2016.
- SOEK, A.M.; HARACEMIV, S.M.C. **O professor/tutor e as relações de ensino e aprendizagem na educação a distância**. Revista Brasileira de Aprendizagem Aberta e a Distância, v. 7, 2008.

SOUZA, C.A.; SPANHOL, F.J.; LIMAS, J.C.O.; CASSOL, M.P. **Tutoria na educação a distância**. Anais do 11º Congresso Internacional de Educação à Distância. ABED, 7 a 10 de setembro de 2004. Disponível em: <<http://www.abed.org.br/congresso2004/por/htm/088-TC-C2.htm>>. Acessado em 15 out. 2016.

UNESCO. **Educação para todos fazendo face aos nossos compromissos coletivos** – Fórum Mundial de Dakar, UNESCO: Brasília, 2000. Disponível em: <www.unesco.org.br/publicações/livros/educatodosdakar/mostra_padrao>. Acessado em: 17 jan. 2016.

_____. - CONSED. **Educação para todos: o compromisso de Dakar**. Ação educativa, 2001. Disponível em: <<http://unesdoc.unesco.org/images/0012/001275/127509porb.pdf>>. Acessado em 15 nov. 2016.

_____. **Educação para todos: o mundo está no caminho certo?** UNESCO: Brasília, 2002 (relatório conciso de monitoramento global). Disponível em: <www.unesco.org.br/publicações/livros/relatório_conciso2002/mostra_padrao>. Acessado em: 17 jan. 2016.

_____. **Padrões de competência em TIC para professores.**, 2009.

_____. **Enfoques Estratégicos sobre las TIC en educación en América Latina y el caribe.**, 2014.

_____. **Representação da UNESCO no Brasil**, 2016. Disponível em: <<http://www.unesco.org/new/pt/brasilia/communication-and-information/access-to-knowledge/ict-in-education/>>. Acessado em 6 mar. 2017.

UNICEF, **Declaração mundial sobre educação para todos e plano de ação para satisfazer as necessidades básicas de aprendizagem**. Brasília: Unicef, 1991. Disponível em: <https://www.unicef.org/brazil/pt/resources_10230.htm>. Acessado em 15 nov. 2016.

VALENTE, J. A. **As tecnologias e as verdadeiras inovações na educação**. Cenários de inovação para a educação na sociedade digital, p. 35-46, 2013.

VIDAL, E. M. Educação básica x Ciência & Tecnologia: por uma política de impactos cruzados. Dissertação de Mestrado em Educação. Universidade Federal do Ceará (dissertação). 1995.

VIEIRA, R.S. **O papel das tecnologias da informação e comunicação na educação à distância: um estudo sobre a percepção do professor/tutor**. Associação Brasileira de Educação a Distância. Volume 10 – 2011. Disponível em: <http://seer.abed.net.br/edicoes/2011/Artigo_05.pdf>. Acessado em 10 nov. 2016.

WOOD, E.M. **Democracia contra o capitalismo e a renovação do materialismo histórico**. São Paulo: Boitempo, 2006.

ZIBAS, D.M.; AGUIAR, M.; BUENO, M.S. **O ensino médio e a reforma da educação básica**. Brasília: Plano Editora, 2002.

ZUIN, A.A.S. **Educação a distância ou educação distante?** O Programa Universidade Aberta do Brasil, o tutor e o professor virtual. Revista Educação & Sociedade, Campinas, v. 27, n. 96 – Especial, out. 2006, p. 935-954.

ANEXO I
PROJETO DE LEI Nº 2435, DE 2011

(Do Sr. Ricardo Izar)

*Dispõe sobre a regulamentação do exercício da atividade
de Tutoria em Educação a Distância.*

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Esta lei regulamenta o exercício da atividade de Tutoria em Educação a Distância.

Art. 2º É livre, em todo o território nacional, o exercício das atividades de Tutoria em Educação a Distância e outras relacionadas com a tutoria da educação a distância, observadas as disposições desta lei.

Art. 3º Entende-se por tutoria na educação a distância a interação, a mediação e a facilitação do processo de ensino-aprendizagem, com foco nas seguintes ações:

- I - inserção dos recursos tecnológicos na cultura de valores dos discentes;
- II - aprimoramento dos conhecimentos tecnológicos e seus processos de verificação da aprendizagem a distância;
- III - adaptação do contexto educativo às novas ferramentas de ensino que são as tecnologias para o novo século.

Art. 4º Nos cursos de educação a distância serão considerados habilitados e/ou certificados para o exercício da atividade de Tutoria em Educação a Distância:

- I - em cursos livres, os concluintes do ensino médio ou superior, com formação técnica de no mínimo 180h (cento e oitenta horas) na área correlata aos cursos em que se pretende atuar, desde que o certificado seja expedido por instituição idônea;
- II – em cursos credenciados ou autorizados pelos sistemas de ensino federal e estaduais, os concluintes do ensino superior, preferencialmente com especialização *lato sensu*, na área específica ou afins em que se pretende atuar.

§1º. A habilitação e/ou certificação de que trata o caput deste artigo é obrigatória e poderá ser oferecida por instituições públicas ou privadas, com carga horária nunca inferior a 420h (quatrocentos e vinte horas).

§2º. Para os concluintes de ensino médio técnico ou superior tecnólogo fica dispensada a exigência de que trata o inciso I deste artigo, desde que para atuar na área de mesma formação.

§3º. Para os Tutores de Educação a Distância que estejam ininterruptamente em exercício a pelo menos 3 (três) anos, até a data da publicação desta lei, desde que devidamente comprovado por instituição de que trata o § 1º do art. 80 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, ficam dispensados de obter a habilitação e/ou certificação de que tratam este artigo.

Art. 5º São objetivos do Tutor em Educação a Distância:

- I – proporcionar a descentralização, a capilarização e a universalização da oferta do ensino de qualidade;
- II – dar celeridade, interatividade e tempestividade na divulgação de informações, solução de dúvidas e aprimoramento do ensino-aprendizagem;
- III – permitir a facilitação do processo ensino-aprendizagem e de integração do aluno com a instituição de ensino, seja presencialmente ou por meio do ambiente virtual de aprendizagem;
- IV – viabilizar a versatilidade dos locais de ensino-aprendizagem e a flexibilização de horários que melhor convier para o aprendizado e o intercâmbio de experiências;
- V – gerar motivação para a aprendizagem e o aperfeiçoamento do conhecimento;
- VI – desenvolver o senso crítico, entre outros.

Art. 6º São atribuições do Tutor em Educação a Distância:

- I - coordenar, elaborar, executar, supervisionar e avaliar estudos, pesquisas, planos, programas e projetos na área de tutoria;
- II - planejar, organizar e administrar programas e projetos em instituições e unidades de ensino;
- III - assessoria e consultoria e órgãos da Administração Pública direta e indireta, empresas privadas e outras entidades, em matéria de tutoria;
- IV - realizar vistorias, perícias técnicas, laudos periciais, informações e pareceres sobre a matéria tutoria;

- V - assumir, tanto nos cursos livres, nível médio, de graduação como pós-graduação, disciplinas e funções que exijam conhecimentos próprios da tutoria;
- VI - treinamento, avaliação e supervisão direta de estagiários em tutoria;
- VII - dirigir e coordenar unidades de ensino e cursos de tutoria, em nível de formação e pós-graduação;
- VIII - dirigir e coordenar associações, núcleos, centros de estudo e de pesquisa em tutoria;
- IX - elaborar provas, presidir e compor bancas de exames e comissões julgadoras de concursos ou outras formas de seleção para tutores, ou onde sejam aferidos conhecimentos inerentes a tutoria;
- X - coordenar seminários, encontros, congressos e eventos assemelhados sobre assuntos de tutoria;
- XI - fiscalizar o exercício da atividade através dos Conselhos Federal e Regionais;
- XII - dirigir e prestar serviços técnicos de tutoria em entidades públicas ou privadas.

Art. 7º A jornada de trabalho dos que exercem as atividades de que trata esta lei, não excederá a 40 horas semanais, facultada a compensação de horários e a redução da jornada, mediante acordo ou convenção coletiva de trabalho.

Art. 8º Fica facultado a cada uma das instituições de ensino, públicas ou privadas, a atestarem o tempo de docência do trabalho exercido pelo Tutor em Educação a Distância, respeitado o projeto político-pedagógico de cada curso.

Art. 9º É vedado o uso da expressão Tutoria por quaisquer pessoas de direito público ou privado que não desenvolvam atividades previstas no artigo 6º desta lei.

Parágrafo único. As pessoas de direito público ou privado que se encontrem na situação mencionada neste artigo terão o prazo de noventa dias, a contar da data da vigência desta lei, para processarem as modificações que se fizerem necessárias a seu integral cumprimento, sob pena das medidas judiciais cabíveis.

Art. 10 Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

JUSTIFICAÇÃO

Com o avanço das tecnologias de informação e comunicação, a Educação a Distância se beneficiou. Novas alternativas para geração do conhecimento contribuíram no processo pedagógico entre professor e aluno. As fontes eletrônicas de informação trazem possibilidades quase inesgotáveis para a aprendizagem.

Desde os tempos mais remotos o ser humano estabelece a comunicação entre seus pares, utilizando tanto a escrita quanto à fala, para se comunicar e expressar seus sentimentos e ideias. Com o advento das novas tecnologias de informação e comunicação as relações interpessoais assumiram uma nova “roupagem”, através da imensa variedade de recursos disponíveis na Web, como: blogs, e-mails, sms, msn, fóruns, twitters, orkuts e tantos outros que ainda virão a surgir; para proporcionar em uma sociedade globalizada receber e enviar com rapidez uma grande variedade de informações.

Mas nem tudo é perfeito! Esse espaço virtual também pode afastar e isolar os indivíduos, intimidando-os a mostrar a sua verdadeira identidade psicológica, criando assim arquétipos de acordo com a aceitação do outro. Uma realidade simulada que não condiz com a complexidade dos relacionamentos da vida real. É neste contexto irreal que cresce a cada dia as “tribos cibernéticas”, cada uma a “gosto do freguês”. Um local onde a comunicação é superficial e dificilmente traz mudanças significativas em seus participantes.

Assim, novas atitudes e comportamentos são incorporados por essa geração cibernética, que tem um tipo de sociabilidade própria, para cada ambiente virtual; seja em uma sala de bate papo ou em um fórum de discussão nos cursos de Educação a Distância. Entretanto, não podemos menosprezar a importância que as NTICs (novas tecnologias da informação e comunicação) trouxeram para a sociedade globalizada, estreitando distâncias e tornando possível a difusão de ideologias e diferentes posicionamentos políticos. Um espaço democrático, onde a troca de informações favorece a construção do conhecimento de forma autônoma.

Atualmente há trinta e cinco mil tutores sendo dez mil somente nas Universidades Abertas do Brasil para duzentos mil alunos e os outros vinte e cinco mil responsáveis pelos 1,2 milhão de alunos.

Na educação a distância, o conceito de tutoria é mais amplo que o de regência, pois não está limitado às intempéries do tempo e do espaço, bem como das adversidades do cotidiano. Trata-se de uma importante ferramenta de absorção, aprimoramento, promoção e motivação do ensino-aprendizagem.

Nos últimos anos, a educação a distância ganhou maior visibilidade e aceitação social, tendo em vista, também, o impulso da legislação educacional no país a partir da segunda metade da década de 1990.

Os professores têm enfrentado novos desafios no cenário educacional, deixando o ensino tradicional e assumindo paradigmas diferentes nas exigências de novos conhecimentos pedagógicos, recontextualizando sua prática docente, buscando novas linguagens num mundo globalizado.

Contudo, a insatisfação dos tutores da educação a distância é muito grande: Seus salários são sempre menores se comparado com os valores pagos aos tutores da educação presencial; precisam dominar e reciclar constantemente o seu conhecimento dos recursos tecnológicos, utilizando adequadamente as ferramentas do espaço virtual; o preconceito, a discriminação e o descrédito são enormes, dentre outros problemas.

Pelo exposto e certo dos resultados exitosos que esta iniciativa trará para a educação brasileira e, sobretudo, para milhares de estudantes do país, solicito o apoio dos nobres pares com vistas à aprovação do presente projeto de lei.

Sala das Sessões, em xx de xxxx de 2011.

ANEXO II

Tramitação na Câmara dos Deputados

PL 2435/2011

Projeto de Lei

Situação: Aguardando Parecer do Relator na Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público (CTASP).

Identificação da Proposição.

Autor

Ricardo Izar - PV/SP

Apresentação

29/09/2011

Ementa

Dispõe sobre a regulamentação do exercício da atividade de Tutoria em Educação a Distância.

Indexação

Informações de Tramitação

Forma de Apreciação

Proposição Sujeita à Apreciação Conclusiva pelas Comissões - Art. 24 II

Regime de Tramitação

Ordinária (Art. 151, III, RICD)

Despacho atual:

Data	Despacho
-------------	-----------------

25/10/2011	Às Comissões de Trabalho, de Administração e Serviço Público; Educação e Cultura e Constituição e Justiça e de Cidadania (Art. 54 RICD) - Art. 24, II Proposição Sujeita à Apreciação Conclusiva pelas Comissões - Art. 24 II Regime de Tramitação: Ordinária
------------	--

3.1.1. Última Ação Legislativa

Data	Ação
-------------	-------------

06/02/2015	Mesa Diretora da Câmara dos Deputados (MESA) Desarquivado nos termos do Artigo 105 do RICD, em conformidade com o despacho exarado no REQ-108/2015.
------------	---

08/04/2015	Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público (CTASP) Designada Relatora, Dep. Flávia Moraes (PDT-GO)
------------	--

ANEXO III
ANFOPE
9º SEMINÁRIO NACIONAL DA ANFOPE
CARTA DE JOÃO PESSOA

A Associação Nacional pela Formação dos Profissionais em Educação (Anfope), entidade de caráter político-acadêmico e que mantém compromissos historicamente assumidos com a escola pública, laica, gratuita e inclusiva para todos os cidadãos brasileiros, realizou o seu **9º Seminário Nacional**, neste ano de 2011, em João Pessoa (PB), tendo como temática as “Políticas de Formação e Valorização dos Profissionais da Educação: Plano Nacional de Educação (2011-2020), Fóruns Permanentes de Apoio à Formação Docente e Fóruns Estaduais de Educação”.

A partir das discussões das políticas contemporâneas de formação e valorização de profissionais da educação, do Plano Nacional de Educação, da elaboração de Emendas ao PL n. 8.035/2010 (PNE 2011-2020), da participação no Fórum Nacional de Educação, no Fórum Nacional em Defesa da Escola Pública, no Comitê de Governança do Inep para a Prova Nacional de Ingresso na Carreira Docente, assim como das experiências nos Fóruns Estaduais e Distrital Permanentes de Apoio à Formação Docente, que foram socializadas, divulgando resultados parciais obtidos pela pesquisa desenvolvida pelo Núcleo de Pesquisa em Educação da Anfope, os associados participantes do **9º Seminário Nacional** aprovaram como ações prioritárias:

1. Acompanhar, discutir e avaliar as políticas nacionais de formação e de valorização de Profissionais da Educação, em nível nacional.
2. Defender a institucionalização do Sistema Nacional de Formação e de Valorização dos profissionais da educação articulado ao Sistema Nacional de Educação, de modo a estimular a colaboração e cooperação entre os entes federados, a fim de que o Estado assuma a regulação da educação e implemente políticas que valorizem e dignifiquem a profissão docente.
3. Lutar pela ampliação dos recursos destinados à educação, assegurando o mínimo de 10% do PIB, além de 50% dos recursos do Fundo Social e dos *royalties* do

petróleo e do pré-sal.

4. Defender a efetivação de uma política educacional que tenha como um de seus eixos a formação e valorização dos profissionais da educação, garantidas não somente no Plano Nacional de Educação, mas também nos demais espaços articulados de decisão e deliberação coletivas no âmbito da educação nacional, tais como: Fórum Nacional de Educação, fóruns estaduais, municipais e distrital de educação, Conferência Nacional de Educação, Conselho Nacional de Educação (CNE), Conselhos Estaduais (CEE) e Municipais de Educação (CME); órgãos colegiados das instituições de educação superior e conselhos escolares.

5. Lutar para que seja assegurada a *base comum nacional*, reconhecida como matriz de referência para a formação de todos os profissionais da educação, cujas diretrizes curriculares norteadoras para os cursos de formação em nível superior são: sólida formação teórica e interdisciplinar; unidade teoria e prática; trabalho coletivo e interdisciplinar como eixo norteador do trabalho docente; compromisso social do profissional da educação, enfatizando a concepção sócio-histórica; gestão democrática; formação inicial e continuada com base no conhecimento e não em competências e habilidades; pesquisa como princípio formativo e avaliação permanente dos cursos de formação dos profissionais da educação.

6. Defender que a formação inicial dos professores da educação básica se realize em cursos de licenciatura presenciais, gratuitos e públicos, em consonância com os princípios da educação como direito do cidadão e dever do Estado.

7. Lutar pelo cumprimento do princípio constitucional, segundo o qual o ingresso no magistério deve se dar, exclusivamente, por concurso público.

8. Apoiar a institucionalização do Sistema Nacional de Banco de Itens para a realização de Provas de Concurso Público para Ingresso no Magistério da Educação Básica.

9. Contribuir para a criação e desenvolvimento de Programa de Acompanhamento dos Professores Inicantes da Educação Básica, pelo MEC- CAPES/EB em regime de colaboração com os entes federados.

10. Fortalecer a participação da Anfope no Fórum Nacional de Educação, nos Fóruns Estaduais, no Fórum Nacional em Defesa da Escola Pública e nos Fóruns Permanentes de Apoio à Formação Docente, a fim de que se dê continuidade ao que

tem sido historicamente realizado, em parceria com outras entidades, na defesa da escola pública, gratuita e de qualidade socialmente referenciada, em todos os níveis e modalidades de ensino.

A luta e a participação da Anfope, por mais de três décadas, nos diferentes espaços, instâncias e fóruns que tratam das políticas públicas em educação, intensificam-se com sua atuação no desenvolvimento de estudos e pesquisas, mais especificamente sobre formação e valorização dos profissionais da educação, assim como no movimento de articulação com as entidades acadêmico-científicas do campo educacional.

Anfope, João Pessoa (PB), 9 de novembro de 2011

Associação Nacional pela Formação dos Profissionais da Educação (Anfope)

Associação Nacional de Pós-graduação e Pesquisa em Educação (Anped)

Associação Nacional de Políticas e Administração da Educação (Anpae)

Centro de Estudos Educação e Sociedade (Cedes)

Fórum Nacional de Diretores de Faculdades e Centros de Educação ou Equivalentes das Universidades Públicas Brasileiras (Forumdir)

09/08/2012 , 23:30:50 BBC Consultoria - Todos direitos reservados.